

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

CAIO SANTOS MELO

Negacionismo histórico:
de sua invenção às salas de aula

Uberlândia-MG
2026

CAIO SANTOS MELO

Negacionismo histórico:
de sua invenção às salas de aula

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em História.

Área de concentração: História

Orientador: Igor Tadeu Camilo Rocha

Uberlândia-MG
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M528
2026

Melo, Caio Santos, 2003-
Negacionismo histórico [recurso eletrônico] : de sua invenção às
salas de aula / Caio Santos Melo. - 2026.

Orientador: Igor Tadeu Camilo Rocha.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. História. I. Rocha, Igor Tadeu Camilo, 1982-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III.
Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2: Gizele
Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

CAIO SANTOS MELO

Negacionismo histórico:
de sua invenção às salas de aula

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em História.

Área de concentração: História

Uberlândia, 2026

Banca Examinadora:

Igor Tadeu Camilo Rocha – Doutor (UFU)

Alexandre de Sá Avelar – Doutor (UFU)

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira - Doutor (CAp/UFU)

Dedico este trabalho ao meu pai, que não pôde
ver seu filho se formar, mas que tornou isso
possível.

AGRADECIMENTOS

Talvez essa seja a parte mais difícil desse trabalho: agradecer. E não por que eu não tenha pelo que agradecer. Tudo que se passou pela minha vida me trouxe ao momento dessa escrita e, por isso, sou grato.

Tanto meu pai, Gilberto, quanto minha mãe, Aderly, são professores de História. Cresci permeado pela disciplina, o que me levou a discutir com eles com naturalidade sobre questões historiográficas e filosóficas sem me dar conta da profundidade desse vasto mar. Com o passar do tempo, eu já possuía certa familiaridade com a História, o que, no entanto, eu renegava pelo medo de seguir um caminho “escolhido” pelos meus pais e não por mim.

Momentos antes de ingressar na universidade, eu tive muitas dúvidas sobre qual caminho seguir. Foi, porém, ao me abrir para a possibilidade da História como uma escolha própria que eu tive certeza que esse não era apenas o caminho dos meus pais, mas o meu também.

Eles sempre disseram que seus sonhos eram de ver eu e minha irmã mais nova, Isabela, formados e encaminhados para um futuro tranquilo e próspero. Por isso, apesar das dificuldades, eles me apoiaram integralmente em minha jornada universitária.

Entrando em meu último ano da licenciatura em História, meu pai veio a falecer. O baque foi enorme para toda a família. Por alguns meses, eu não tive forças para nada, fiquei depressivo, larguei algumas disciplinas do curso e nada mais me animava como antes. Depois de um tempo, percebi que são esses momentos de dificuldade e fragilidade que unem e que fortalecem.

Apesar de estar vivendo o pior momento de sua vida, minha mãe se fez forte para mim e minha irmã. Ela nos apoiou de todas as formas que podia, o que garantiu a continuidade dos meus estudos e de minha irmã, assim como nutriu seu costumeiro carinho e afeto para com seus filhos que se encontravam tão fragilizados. Com isso, eu também me aproximei da minha irmã, o que me possibilitou uma nova forma de me relacionar e de valorizar a minha família.

Minha companheira, Fernanda, foi essencial em todo esse processo. A todo momento ela me deu muita força para seguir em frente, até quando ela própria precisava dessa força. Ela ajudou a me curar dessa depressão, me fazendo reencontrar aquela felicidade que eu havia perdido. Graças a ela, também tive um grande crescimento intelectual, já que ela pacientemente escutava minhas questões relativas à minha pesquisa e me ajudava a trabalhar e entender minhas ideias.

Durante todo esse processo, conheci meu orientador, Igor, do qual também foi essencial para a realização desse trabalho. Seu empenho e dedicação à minha orientação foi excepcional. Com ele, pude amadurecer e observar minha pesquisa por um olhar extremamente qualificado e agregador, o que garantiu um resultado final melhor do que eu próprio esperava para essa obra. Além do meu orientador, todos os professores que fizeram parte de minha trajetória acadêmica tiveram enorme contribuição em toda a minha formação.

Por isso, agradecer é tão difícil. Porque agradecer me leva a relembrar todos os momentos da minha vida, os bons e os ruins. Sem essas pessoas que eu apresentei e tantas outras que não se fazem presentes nesse texto de agradecimentos, eu não estaria aqui, me formando, realizando o meu sonho e o dos meus pais.

À vida e a tudo que ela traz consigo, eu agradeço.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso, temos como objeto de pesquisa o negacionismo histórico, uma prática discursiva que utiliza a negação dos fatos para a validação de interesses exclusivos de determinados grupos ou indivíduos. Conhecendo o seu funcionamento, trabalhamos com a hipótese de que sua invenção serve como uma ferramenta de controle do discurso para a manutenção do *status quo*, o que acarretou uma mudança sistêmica nas formas de disputa pela verdade em prol de interesses socioeconômicos e que pode ser percebida no cotidiano da sala de aula. Para validarmos essa ideia, embarcamos em uma análise profunda e abrangente relativa a diferentes áreas da História, como a Teoria da História, História Contemporânea, História Pública e Ensino de História. Dessa forma, os capítulos se dividem entre os que abordam a natureza do negacionismo histórico, assim como sua invenção e sua adaptabilidade no período contemporâneo, e os que analisam sua efetiva ação no contexto educacional brasileiro. Para a plena inteligibilidade da discussão e da construção de conhecimento referente ao objeto, diversas bibliografias serão articuladas entre si, ao passo que as fontes coletadas e analisadas para o respectivo trabalho serão tratadas como evidências de nossa discussão. Por meio dessa estruturação e de sua efetiva pesquisa e escrita, concluímos que de fato há uma ligação direta e palpável entre a invenção do negacionismo histórico e sua presença nas salas de aula.

Palavras-chave: História; Educação; Negacionismo Histórico.

ABSTRACT

This capstone project focuses on historical denialism, a discursive practice that employs the denial of facts to validate the exclusive interests of specific groups or individuals. Based on an understanding of how it operates, we hypothesize that this invention serves as a tool for controlling discourse to maintain the *status quo*, which has led to a systemic shift in the ways truth is contested in the service of socioeconomic interests, which can be observed in everyday classroom life. To validate this idea, we undertake a deep and comprehensive analysis in various fields of history, such as Historical Theory, Contemporary History, Public History, and History Education. Thus, the chapters are divided between those addressing the nature of historical denialism, as well as its invention and adaptability in the contemporary period, and those analyzing its actual impact within the Brazilian educational context. To ensure full clarity of the discussion and the construction of knowledge regarding this subject, various bibliographies will be interwoven, while the sources collected and analyzed for this study will serve as evidence for our argument. Through this framework and the resulting research and writing, we conclude that there is indeed a direct and tangible link between the invention of historical denialism and its presence in classrooms.

Keywords: History; Education; Historical Denialism.

Sumário

Introdução	11
1. Crise da verdade ou negacionismo?	14
2. Da invenção do negacionismo	23
3. O negacionismo histórico na atualidade.....	30
4. Negacionismo histórico e a sala de aula.....	42
Conclusão	58
Referências bibliográficas:	61
Fontes:	65

Introdução

Quando falamos sobre a produção científica na área de História, sabemos que dissociar a relação do historiador com seu objeto de estudo é uma tarefa quase que impossível. Por isso, peço licença ao leitor nesse primeiro momento. Apesar deste ser um trabalho de conclusão de curso, de caráter estritamente científico e historiográfico, considero pertinente apresentar minha relação pessoal com o negacionismo histórico, tendo em vista a demonstração de sua presença na atualidade e a urgência de lidarmos com o tema.

Concomitante à minha entrada no ensino superior, ainda sem um tema de pesquisa, o negacionismo histórico passou a ser parte da minha vida cotidiana por meio de um amigo de infância. Foi enorme o choque que senti ao ver uma pessoa tão querida a mim reproduzindo discursos de ódio e teorias conspiratórias sem qualquer lastro na realidade. Conversando com ele, descobri que seu mergulho no negacionismo e no conspiracionismo serviu como uma forma de resolver uma série de decepções pessoais, relativas à sua vida econômica e social.

Ele começou com uma espécie de revelação divina sobre a vida, o que o levou a pesquisar sobre o terraplanismo e o protagonismo do ser humano no universo. Desse momento em diante, ele passou a desconfiar de todos os temas, como se tudo a sua volta fosse uma grande conspiração. Assim, cada um de nossos encontros se tornava uma triste, porém fascinante experiência. Dentre os vários assuntos que ele se propunha a me apresentar, me lembro sobre: a desconfiança contra as vacinas da Covid-19, fruto do movimento antivacina; afirmações de que os judeus controlavam o mundo por “baixo dos panos”; discursos misóginos, provenientes da bolha “redpill”; afirmações de que, por a terra ser plana e, pasmem, infinita para além do domo, a hiper exploração dos recursos naturais seria totalmente justificável; além de diversos outros assuntos.

Enquanto seu amigo, sentia uma enorme angústia ao vê-lo dessa forma, pois eu o presenciava se afundando cada vez mais em um poço que lhe roubava sua própria consciência. Apesar de eu tentar debater seus temas sob o viés científico, além de o orientar a buscar por fontes mais confiáveis, efeito nenhum surtia sobre ele, já que, tanto a base de seus argumentos era a simples crença de que aquilo era real, quanto o fato de eu estudar em uma universidade federal me tornava um “doutrinado”. Hoje, entendo que o que ele fazia era proteger as frágeis certezas que lhe davam chão em um mundo tão

instável quanto o em que nos encontramos, o que, claro, não o exime de seus problemáticos discursos preconceituosos.

Para chegar a essa conclusão, precisei embarcar em um profundo estudo sobre o negacionismo, desde sua invenção até nossa atualidade. Dessa forma, esse trabalho, com ênfase no caráter histórico do negacionismo é o resultado desse estudo, sendo, portanto, uma tentativa de compreender a História desse poço que raptava tanto meu amigo quanto vários outros, perdidos no hostil capitalismo individualizante.

O termo “negacionismo” vem de negação, referindo-se à prática de negar sistemicamente alguma coisa. Nesse sentido, percebemos que o respectivo objeto corresponde à esfera do discurso, o que não quer dizer que se restrinja a ele apenas. Na realidade, assim como veremos ao decorrer deste trabalho, notamos sua presença em praticamente qualquer tema ligado a uma disputa de poder pelo mundo material. Dessa forma, levantamos a hipótese de que a invenção do negacionismo serve como uma ferramenta de controle do discurso para a manutenção do *status quo*, o que acarretou uma mudança sistêmica nas formas de disputa pela verdade em prol de interesses socioeconômicos e que pode ser percebida no cotidiano da sala de aula.

Para efetuarmos nossa pesquisa, será articulada uma série de referências bibliográficas que convergem a esse tema, possibilitando nossa própria construção de conhecimento acerca do negacionismo. Sob a consolidação de nosso argumento, algumas fontes serão analisadas com o fim de validarmos nossa hipótese. Nesse sentido, nos debruçaremos principalmente sobre o negacionismo histórico, cuja abordagem se acentuará gradativamente à medida que consolidarmos um conceito mais amplo de negacionismo, afunilando-se à sua prática na historiografia e na sua presença nas salas de aula.

Dessa forma, o capítulo 1, intitulado *Crise da verdade ou negacionismo?*, será onde discutiremos a relação do negacionismo com a *verdade*. Para tal, nos debruçaremos sobre a Teoria da História para compreendermos o que seria essa verdade em disputa pelo negacionismo. Tal reflexão nos levará à compreensão de que o negacionismo não se trata de ter a verdade ou não, mas sim de ter o poder consequente de sua posse.

O capítulo 2, intitulado *Da invenção do negacionismo*, irá se debruçar, evidentemente, sobre a História de sua invenção. Nesse sentido, iremos embarcar em um estudo da História Contemporânea, sobretudo do século XX. Dessa forma, veremos que o negacionismo histórico, conceito criado em 1987 por Henry Rousso, já ocorria desde meados da década de 1940 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Sua prática vinha

como uma forma de justificar e/ou subverter os eventos que se desenrolaram depois da guerra e do Holocausto, intentando a manutenção de sociedades e grupos que se viam prejudicados com a conclusão desse momento histórico. Concomitantemente, o negacionismo também ocorria na indústria do tabaco dos Estados Unidos da América, a qual se via fragilizada por descobertas científicas que punham em xeque os lucros desse setor privado.

No capítulo 3, intitulado *O negacionismo histórico na atualidade*, partiremos para o campo da História Pública para debatermos sobre como o negacionismo histórico contemporâneo age na esfera pública por meio da disputa pelos consensos historiográficos. Para tal, trabalharemos com a ideia de Kahn-Harris (2018, p. 101) sobre o pós-negacionismo, uma forma atualizada dessa prática discursiva que se desvincula de seu forte caráter conspiratório, comum no decorrer do século XX, e parte para o abuso e subversão do fato consensual por meio de uma narrativa que o direciona a seus próprios interesses. Partindo dessa premissa, estabeleceremos um contexto histórico que nos permitirá compreender essa virada do negacionismo e seus efeitos práticos na sociedade brasileira.

Ao fim deste trabalho, no capítulo 4, intitulado *Negacionismo histórico e a sala de aula*, focaremos propriamente no Ensino de História frente ao negacionismo histórico. Assim, iniciaremos com uma breve discussão sobre os motivos que capacitam essa modalidade discursiva a alcançar com certo vigor as salas de aula. Dessa forma, tomaremos o *Instagram* do movimento Escola Sem Partido (ESP) como fonte privilegiada de nossa análise¹, uma vez que consideramos este um (re)produtor de alguns dos maiores discursos negacionistas relacionados à educação em nossa atualidade. Por meio dessa análise, finalizaremos nossa discussão apresentando com certa profundidade alguns dos temas que comumente caem em negação na sala de aula, demonstrando possíveis maneiras do professor lidar com essa questão frente aos alunos.

¹ Apesar dessa fonte privilegiada, trabalhamos também com o *Guia politicamente incorreto da História do Brasil* e as experiências do próprio autor em sala de aula.

1. Crise da verdade ou negacionismo?

Nas últimas décadas, surgiu certo consenso sobre estarmos vivendo uma *crise da verdade*, ou seja, que passamos por um período em que não há certeza das verdades que circulam no espaço público. Não à toa, “pós-verdade” foi eleita a palavra do ano pelo Dicionário Oxford em 2016², visto o aumento significativo de sua utilização nesse momento. O evento responsável por isso foi, em grande medida, as eleições presidenciais dos EUA, cuja vitória de Donald Trump partiu de uma intensa campanha de desinformação e manipulação da agenda midiática³. Percebemos a presença do termo de forma mais contundente nos campos político e científico na sociedade civil, seja através dos embates políticos, seja pelos debates acerca da veracidade de consensos científicos, etc.

Nesse sentido, quando a questão da *crise da verdade* é discutida, o negacionismo é comumente atrelado a tal, visto que, para muitos, este e a pós-verdade são sinônimos. Essa relação, no entanto, é uma falsa equivalência. De acordo com a Academia Brasileira de Letras, a *pós-verdade* se define pela deliberada distorção da verdade em prol de crenças pessoais e pelo seu forte apelo emocional⁴. Enquanto isso, podemos pensar o negacionismo como um mosaico de narrativas cujo objetivo seja a legitimação de determinada demanda institucional (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 15)⁵.

Ou seja, enquanto uma se preocupa com a verdade e com crenças pessoais, a outra trata de narrativas e instituições. No entanto, apesar de ambas possuírem diferenças fundamentais, é comum que sejam confundidas e igualadas pelo debate público. Sendo assim, essa seção de nosso trabalho se debruçará sobre a apropriada distinção entre os respectivos termos.

² Disponível em: https://languages-oup-com.translate.goog/word-of-the-year/2016/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acesso em: 26 fev. 2026.

³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html. Acesso em: 21 abr. 2026.

⁴ Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 26 fev. 2026.

⁵ Quanto aos autores referenciados, estes tratam especificamente sobre o negacionismo histórico, que é o objeto de estudo deste trabalho. No entanto, considerando o caráter terminológico da discussão que será levantada neste tópico, considero pertinente a generalização do termo a fim de um aprofundamento livre das restrições disciplinares.

Segue o trecho com a definição específica de negacionismo histórico para os autores: “(...) o negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis (...)” (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 15).

Sobre a emergência da pós-verdade, Steven Shapin (2020) parte para um estudo sobre sua relação com a população não acadêmica. Para tal, ele entrevistou diversas pessoas, perguntando se conheciam algo sobre a *crise da verdade*. Assim, o autor percebe que os civis pareceram entender o que seria esta crise, porém, “(...) praticamente todos mencionavam os mesmos casos – a negação da mudança climática, o sentimento antivacina, e várias formas de pensamento antievolucionista.” (SHAPIN, 2020, p. 311).

Dessa forma, percebemos que essas verdades em crise fazem parte de temas expostos continuamente nos grandes veículos de comunicação e por figuras notáveis da sociedade. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por exemplo, utiliza constantemente sua posição de destaque para negar veementemente a responsabilidade humana acerca das mudanças climáticas, favorecendo assim a indústria dos combustíveis fósseis (SHAPIN, 2020, p. 310). Da mesma forma, o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, protagonizava durante a pandemia de Covid-19 um intenso discurso negacionista acerca das vacinas, indicando medicações sem comprovação científica e atrasando propositalmente a imunização da população brasileira, levando assim a incontáveis óbitos evitáveis (FIOCRUZ, 2023).

No entanto, ao considerar a lista não muito longa de verdades em crise que foram apresentadas pelos entrevistados, não podemos dar como certa a existência dessa crise a partir do sentimento anticientífico alastrado pelo espaço público. Sustentamos essa percepção devido aos incontáveis consensos científicos não questionados durante a ocorrência desta crise. Ou seja, a diferença quantitativa entre as verdades em crise e as verdades estáveis e consensuais é enorme (SHAPIN, 2020, p. 311).

Partimos então para a seguinte questão: o que faz com que algumas verdades sejam plenamente aceitas enquanto outras integram esta suposta crise? Para tal, será necessário mergulharmos na concepção do que é “verdade”, assim como suas formas de organização social por meio das instituições, instâncias de validação etc. Primeiro, devemos entender que essa categoria não pertence ao cotidiano. Na realidade, ela só aparece quando algo é supostamente escondido ou, sobretudo, quando necessária (SHAPIN, 2020, p. 310, 311).

É nesse sentido que Camargo (2008) sintetiza o trabalho de Nietzsche sobre sua percepção de verdade. Segundo Camargo, o filósofo se opõe à ideia clássica da verdade dogmática e metafísica. Para ele, esta depende da crença na essência da coisa em si, “Como se aquilo que se entende por verdade e aquilo que se avalia como bom já existisse desde sempre (...)”, e que estaria apenas aguardando para ser acessada em seu mundo

metafísico (CAMARGO, 2008, p. 94). Em contrapartida, o que o Nietzsche propõe, de acordo com Camargo, é que a verdade seja fruto de uma construção histórica, o resultado da atividade humana. Assim, a verdade não mais seria acessada pela metafísica, mas sim pela pesquisa histórica. A verdade, portanto, não estaria mais para ser descoberta, mas para ser criada para um fim (CAMARGO, 2008, p. 94, 95).

Nietzsche se pergunta, então: por que é a *verdade* a ser criada e valorizada? “Por que o chamado impulso ao conhecimento se direciona quase que espontaneamente para a verdade?” (CAMARGO, 2008, p. 93). Bem, ao desenvolver seu trabalho, o autor entende que esse impulso, comumente chamado de *vontade de verdade*, faz parte dos instintos de sobrevivência do ser humano. Nosso instinto é a dominação, o exercício de poder, ter o controle de todas as dimensões da vida e da natureza. Sob essa relação entre natureza humana com o mundo, Michel Foucault percebe o surgimento de “(...) algo entre os dois que se chama o conhecimento [ou, verdade], não havendo entre eles nenhuma afinidade, semelhança ou mesmo elos de natureza.” (2002, p. 18). Assim o ser humano desenvolveu a comunicação e a linguagem, as regras sociais, a lógica etc. Dessa forma, percebemos que a verdade, ou conhecimento, é inventada para suprir determinada necessidade.

Na obra *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Foucault pensa os regimes de verdade em concordância e adição à perspectiva nietzschiana. O pensador percebe que a relação de poder que orbita a constituição da verdade não se dá apenas entre o humano e a natureza, mas também entre os próprios indivíduos. Considerando a imensa heterogeneidade humana, surge certa inevitabilidade de haverem necessidades distintas e contraditórias. Assim, surgem disputas interpessoais, tentativas de um instinto se sobressair sobre o outro, garantindo ao vencedor a posse da verdade e a perpetuação de suas plenas condições de vida. Consequentemente, a posse dessa verdade traz consigo uma carga moral de superioridade, ao passo que considera as demais como inverdades.

Para entender as formas de construção da verdade através da disputa, Foucault retorna às histórias gregas, já que estas possuem algumas das mais antigas demonstrações registradas concernentes ao objeto de estudo. Assim, ele percebe duas formas distintas de se disputar e alcançar a verdade. A primeira e que mais se relaciona com a prática do negacionismo, o qual discorreremos posteriormente, é a verdade pela prova ou desafio. Para tal, Foucault trata da história de contestação entre Antíloco e Menelau na *Ilíada*, que ocorre durante os jogos realizados *post-mortem* de Pátroclo (FOUCAULT, 2002, p. 31). Nesta, a disputa pela verdade não passa por um terceiro, indivíduo neutro e desinteressado, mas sim apenas pelo “(...) desafio lançado por um adversário ao outro.”

(FOUCAULT, 2002, p. 32). Nesse sentido, a função do desafio não é necessariamente localizar a verdade, mas sim estabelecer que o mais forte, o vencedor, detém a razão (FOUCAULT, 2002, p. 62).

A segunda forma é encontrada na história de Édipo. Nesta tragédia grega, Édipo toma posse do poder em Tebas por meio de seu saber superior, assim como pelas histórias de suas aventuras e feitos (FOUCAULT, 2002, p. 44). Nesse viés, o autor destaca a relação íntima entre o poder e o saber; não há um sem o outro (FOUCAULT, 2002, p. 51). Ao desenrolar da história, a verdade é alcançada mediante o que o autor chama de “lei das metades” (FOUCAULT, 2002, p. 34). Seriam estas metades os testemunhos e histórias que se ajustam e se encaixam, levando assim à descoberta da verdade. Dessa forma, a verdade é alcançada pela junção de saberes que deslegitimaram o poder de Édipo. Essa forma investigativa de alcançar a verdade, Foucault chama de inquérito, relacionando com a forma jurídica que rege o direito atual.

Bem, o que quero demonstrar com essa discussão é que a verdade não é fruto da essência metafísica, mas sim da construção humana e de seu desenrolar histórico. A verdade surge do embate entre o ser humano e o mundo, ou mesmo entre os próprios humanos, sem que haja qualquer relação intrínseca da síntese com a tese e a antítese. Assim, não existe uma verdade dogmática, essencial e universal, capaz de desvendar o mundo. O ser humano cria sua verdade como uma forma de suprir suas necessidades para a perpetuação da vida e da dominação. Dessa forma, Nietzsche percebe essa verdade criada como um erro conveniente, que existe para cumprir uma função específica. Ele substitui então o termo *vontade de verdade* por *vontade de engano*. O impulso humano não está em encontrar a verdade, mas sim em se enganar para suprimos nossas necessidades (CAMARGO, 2008, p. 96).

Nesse sentido, se a verdade não é universal e cada sujeito cria a sua própria, a fim de suprir suas necessidades, podemos, portanto, considerar a *crise da verdade* como fruto do descompasso entre essas diversas verdades que carregam suas próprias necessidades. Conseguimos ir mais a fundo nessa questão se remontarmos a argumentação foucaultiana sobre o saber-poder. Dessa forma, capacitamo-nos a perceber que esse descompasso não está apenas no saber, mas também no poder que essas pessoas carregam através de suas verdades. A depender da pessoa, grupo ou instituição, há saberes que são mais ou menos convenientes para a perpetuação de sua vida. Assim, se outras verdades estão ganhando espaço em detrimento da sua própria, evidentemente seu poder estaria gradualmente diminuindo. O resultado desse processo já foi demonstrado por meio da História de Édipo.

Dessa forma, podemos compreender o porquê de o antievolucionismo compor parte dessa crise de acordo com a lista de Shapin. Ele busca recuperar o saber-poder dogmático que está sendo gradualmente minado pelo saber científico (SHAPIN, 2011, p. 311). Curioso, porém, é o fato de que a teoria da evolução darwiniana não se opõe necessariamente à ideia de Deus, já que ela trabalha propriamente com o desenvolvimento evolutivo dos seres vivos, e não com o surgimento da vida. Ela, porém, se opõe por definição ao criacionismo, tese que define a origem de tudo através de um Deus criador que traz a existência já em um estágio imóvel, sem espaço para a evolução. Nesse ponto, há um embate entre duas verdades distintas, uma dogmática e outra científica.

Percebemos que ambas cumprem a função de suprir a necessidade humana de conhecer e dominar certa dimensão de nosso mundo. No caso, a origem da vida. Elas, porém, surgem de construções cognitivas diferentes. A primeira vem de uma construção metafísica acerca da imutabilidade da vida. Enquanto isso, a segunda se manifesta da materialidade, do observável dentro dos limites humanos. Evidencio este caso do antievolucionismo observado por Shapin para trazer uma pequena, porém importante discussão acerca das fundamentações epistemológicas entre a ciência e o dogmatismo. Considero vital essa distinção para compreendermos o que seria a chamada pseudociência, que traz consigo o germe do negacionismo.

Como apresentado anteriormente, o saber dogmático parte da crença em verdades metafísicas, desconsiderando a necessidade de uma validação material. Percebemos o domínio de sua presença, por exemplo, no campo religioso. Em contrabalanço, há também o saber científico. Este recebe notoriedade enquanto uma categoria do conhecimento distinta da dogmática religiosa através da chamada Revolução Científica, ocorrida na Europa e iniciada no século XVI a partir do debate das teorias astronômicas, divergindo-se assim da crença religiosa, incontestável até aquele momento (ANDRADE, 2022, p. 217). Foi, no entanto, apenas durante o século XIX que a ciência se consolida efetivamente como uma disciplina *moderna*, decorrente da “(...) luta política para a emancipação das ciências naturais do poder do clero.” (ANDRADE, 2022, p. 218). Assim, a racionalização científica garante sua autonomia sobre a metafísica religiosa, tornando o pensamento crítico acerca do material uma forma de “desencantar o mundo” (WEBER, 1982, p. 401, APUD, ANDRADE, 2022, p. 221).

Durante esse período de autonomia, os acadêmicos acreditavam na ciência como a forma de alcançar a verdade através do acúmulo de conhecimento. A essa visão progressista de ciência, deu-se o nome de “positivismo”, perspectiva que perdurou desde

o início do século XIX até metade de XX. Um dos responsáveis por uma “virada de chave” nessa ideia “finalista” foi o filósofo Karl Popper, que percebe a impossibilidade de alcançarmos essa suposta verdade ao fim do processo científico. Nesse sentido, ele percebe a ciência como o esforço pela busca da verdade, mesmo que este nunca chegue ao seu fim (DIAS, 2015, p. 164). Dessa forma, a verdade científica se torna apenas provisória, porém, cumpre a função de suprir temporariamente determinada necessidade, assim como Nietzsche pressupõe ser a “verdade”.

A partir desse ponto, podemos definir a ciência, portanto, como uma forma de conhecimento que parte da análise de teorias e hipóteses através de métodos rigorosos a fim de alcançar determinada verdade temporária. Seu intuito não está na validação dos dogmas do estudioso⁶, mas sim na compreensão de determinado objeto de estudo dentro dos limites humanos. Sendo este seu objetivo, a prática científica introjetou, em si, um mecanismo vital para o seu sucesso epistemológico: a “falseabilidade”.

Popper caracteriza o critério de falseabilidade como o meio de garantir que a ciência se mantenha no campo material, tornando possível sua autorrevisão. Dessa forma, a teoria científica só é válida quando, por meio de testes, é possível refutá-la ou falseá-la, mantendo-se, assim, na premissa da verdade inalcançável. Caso não seja possível refutar ou falsear uma teoria, significa que suas bases estão em outro campo que não o empírico, descaracterizando-a enquanto ciência.

Por meio dessa construção epistemológica do ofício científico, chegamos ao nosso ponto de interesse para discutirmos o *negacionismo* e como este difere da *pós-verdade*. Partindo dessa premissa de estar sempre revisando sua própria veracidade, buscando falsear a si mesma, a ciência garante espaço para a mudança e para o desenvolvimento incessante do conhecimento. “Isso significa dizer que a ciência progride devido a sua capacidade de eliminar os erros, as contradições, e não por ter a veracidade de suas teorias atestada ou de ser direcionada pela verdade.” (DIAS, 2015, p. 168). Essa abordagem garantiu o sucesso do estatuto científico como uma categoria confiável do conhecimento, adquirindo, por sua vez, enorme credibilidade no espaço público.

No entanto, se considerarmos a autocrítica e autorrevisão como os fatores que elevaram a ciência a um status epistemológico de destaque na sociedade, estes também foram os causadores de sua crise (COSTA, 2021, p. 71). O caráter crítico da ciência é amplamente conhecido pelo público em geral, porém, o contrário se aplica à construção

⁶ A neutralidade é, porém, impossível em sua plenitude, visto que todo humano é dotado de subjetividades.

de seu conhecimento (SHAPIN, 2020, p. 312). Dessa forma, quando um discurso penetra o espaço público alegando romper com o consenso pré-existente, seus receptores entendem tal argumentação “(...) como também “crítica” e, por isso mesmo, pertinente.” (RAMOS, 2015, p. 361). A gravidade dessa questão está no fato de o público comumente deixar de levar em conta as bases de sustentação do respectivo discurso, ficando, assim, suscetível a narrativas e discursos incongruentes, mas que quando levados como verdades, são de impossível refutação. Assim, a perpetuação dessas visões de mundo, mesmo que de forma geralmente inocente por parte da massa receptora, tanto podem como trazem danos à sociedade, ao meio ambiente, à vida. Às vezes esses danos são facilmente perceptíveis, às vezes não.

Temos como exemplo a *teoria do design inteligente*, algo que podemos entender como uma tentativa de validação do criacionismo através dos dotes científicos. Seus praticantes aferem, assim como os clássicos criacionistas, que “Somente uma mente inteligente teria a capacidade de formar o Universo e gerar nele Vida com (...) características de complexidade irreduzível, informação abstrata funcional, ajuste fino e antevidência genial.” (TDI BRASIL, 2023)⁷. No entanto, para validar sua tese metafísica, partem para uma espécie de roupagem científica do criacionismo. Buscam emular o método e rigor científico, se apropriam de seus códigos, gramática e vocabulários para criar algo que pareça ciência (KAHN-HARRIS, 2018, p. 40). No fim, validam sua própria crença como se fossem resultados de estudos e teorias. Porém, o que muitas vezes acaba sendo esquecido pelo público receptor é o fato da infalseabilidade dessa teoria, uma vez que sua premissa está na existência de uma mente inteligente e incompreensível a nós meros humanos, o que torna impossível sua comprovação ou refutação.

Esse exemplo não é um caso isolado. Sabemos que ocorrem diversas tentativas de trazer a credibilidade do método científico à verdade dogmática infalseável. Nesse sentido, devemos manter em mente o fato de a ciência não ser a única detentora de uma suposta verdade. Porém, “O fato de não haver uma perspectiva verdadeira não significa que todas interpretações sejam igualmente válidas na interpretação da “realidade”.” (CAMARGO, 2008, p. 108). Assim, ao levar em conta a ascensão de ideias e estudos como a da *teoria do design inteligente*, que buscam se passar por ciência enquanto se trata de um saber dogmático, a academia passou a conferir-lhes o termo “pseudociência”.

⁷ Disponível em: <https://www.tdibrasil.com/conheca-a-tdi/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

Levando em conta a questão da invalidez de determinadas interpretações da “realidade”, temos um agravamento deste quadro. Seria este não apenas decorrente da incoerência epistemológica que o sustenta, mas também pelo abuso e falseamento dos fatos e das narrativas, das teorias e dos métodos, a fim de validar sua perspectiva. Falo aqui do negacionismo, objeto central deste trabalho. O discurso negacionista vem como uma forma de pôr em xeque o conhecimento científico, cujos consensos trazem implicações diretas para a vida cotidiana e que por vezes afetam negativamente determinados grupos sociais, sobretudo aqueles em posições de poder.

Dessa forma, se nos voltarmos à lista de Shapin e deixarmos de lado o antievolucionismo, que é proveniente do criacionismo, percebemos que o restante das verdades em crise diz respeito à confiabilidade dos consensos científicos. Nesse viés, as alternativas a esses consensos questionados são, em sua maioria, pseudocientíficas e negacionistas, partindo quase que exclusivamente (para não dizer que totalmente) em benefício de instituições ou indivíduos. Ao refletir sobre esse problema, o autor propõe que seu causador seja o excesso de ciência no espaço público, já que, como apresentado anteriormente, apesar da autocrítica científica ser amplamente conhecida pelo público em geral, o mesmo não se aplica sobre a construção de seu conhecimento. Aproveitando-se disso, “Os Negacionistas afirmam falsamente que conseguem flagrar os pontos de divergência na ciência, e assim argumentam que não existe base sólida para seguir os passos práticos que os especialistas demandam (...)” (SHAPIN, 2020, p. 313).

Se a ação negacionista parasse na afirmação da insólidez de determinada tese científica, creio que não haveria motivos para preocupação. O problema, no entanto, é que eles evidentemente não param por aí. De acordo com Keith Kahn-Harris (2018, p. 40), os negacionistas agem por meio do que o autor percebe como uma grave fragilidade da prática acadêmica, no caso, o crescente fenômeno pós-iluminista da especialização acadêmica em detrimento dos polímatas. Como consequência dessa era de especializações, as pessoas não mais possuem a capacidade de dizer com certeza se algo é verdadeiro ou não, restando-lhes confiar no sujeito que profere os fatos e as narrativas. Assim, dando continuidade aos métodos de convencimento da pseudociência, os negacionistas partem para a produção de algo que parece científico, com jargões e teorias que, no fundo, não são capazes de comprovar suas ideias, mas que convencem quem está disposto ou suscetível a tal.

Dessa maneira, o debate público passa a ser inundado de pseudociência e negacionismos que dificilmente são percebidos como tal pelos seus receptores. Nesse

sentido, resta apenas aos especialistas no assunto desmontar os argumentos dos negacionistas e evidenciar sua incongruência epistemológica. Essa é, no entanto, uma tarefa quase que heroica. Primeiro que o debate de ideias seria admitir a plausibilidade do discurso negacionista, permitindo-lhe compartilhar espaço com a ciência e consequentemente a ser cogitada pelo público. Além disso, à medida que a contra-argumentação cientificamente respaldada exige um estudo intenso para sua validação, o mesmo não ocorre com o lado contrário. A construção do argumento negacionista advém de sua própria vontade e interesse, ignorando a necessária plausibilidade e autocrítica para sua sustentação, algo que Pierre Vidal-Naquet chama de emprego da prova não-ontológica (1987, p. 14). No fim, percebemos que essa discussão de ideias remonta à disputa pela verdade pelo desafio, assim como descreve Foucault. O problema, no entanto, está no desbalanço dessa disputa. Enquanto um lado apenas rebate penosamente os argumentos do adversário, o outro cria seus incontáveis argumentos sem qualquer critério ou compromisso ético. É evidente, portanto, quem irá sair com a razão.

Sintetizemos então essa crise científica. Nos últimos séculos, a ciência se tornou uma categoria epistemológica consagrada no espaço público, decorrente, sobretudo, de sua premissa autocrítica e autorrevisionista. A descridibilização da ciência, ocorre, no entanto, justamente por meio do uso abusivo dessas premissas, gerando assim a pseudociência e seu agravante, o negacionismo. Esse método de subversão da ciência se torna possível devido à falta de conhecimento do público não acadêmico quanto a construção do conhecimento científico, ficando assim refém de discursos de grande alcance que se pretendem como moralmente movidos pela *vontade de verdade*, os quais conhecemos como pseudocientíficos. Dessa forma, os chamados negacionistas articulam uma hipercientifização de determinados fatos, teorias e métodos sob uma suposta postura de objetividade e desinteresse para despertar a dúvida pública acerca desses consensos já estabelecidos (SHAPIN, 2020, p. 313). O acadêmico, por sua vez, possui enorme dificuldade de desmontar os argumentos negacionistas, uma vez que, trazê-los em evidência pode acabar por reforçá-los na esfera pública, ao passo que contra argumentá-los mostra-se insustentável.

2. Da invenção do negacionismo

Tendo-se discutido o negacionismo e sua devida distinção da pós-verdade e a crise da verdade, devemos adiantar nossa discussão e nos perguntar: será que essa crise da credibilidade científica e a ascensão do negacionismo acontecem espontaneamente ou existem incentivos para sua ocorrência? Bem, se considerarmos em um primeiro momento que o avanço do conhecimento científico reflete em um maior grau de bem-estar social, não haveria motivos para tal. Mas, e se esse avanço afetasse negativamente instituições que se fundamentam nessa falta de conhecimento? Nesse caso, provavelmente haveria sim incentivos para impedir, ou ao menos mitigar os danos a esta instituição.

Por meio de sua obra, Oreskes e Conway (2010) respondem a essa pergunta. No primeiro capítulo de *Merchants of doubt*, eles se debruçam sobre o estudo da história da indústria do cigarro, sobretudo, entre os anos 1950 e 1979. Durante esse período, pesquisas científicas vinham atestando a relação entre o tabaco e o câncer, alarmando os grandes empresários estadunidenses do ramo. Vincular seu produto à morte de seus usuários evidentemente levaria a uma grande crise financeira nesse setor privado, até então um dos mais lucrativos dos Estados Unidos da América. Sob a emergência dessa crise, os quatro presidentes das maiores companhias de cigarro do país (*American Tobacco, Benson and Hedges, Philip Morris, U.S. Tobacco*) reúnem-se para discutir sobre como lidar com o problema (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 15).

Ao fim da reunião, decidiram cooperar entre si por meio de um programa de relações públicas com o intuito de defender seu produto. Sua abordagem inicial seria o convencimento do público sobre a falta de embasamento científico para essas alegações. Ao mesmo tempo, criariam o *Tobacco Industry Committee for Public Information*⁸ para estabelecer uma posição pró-cigarro (IDEM). No entanto, com o passar do tempo, perceberam que apenas isto não seria o suficiente. Assim, decidiram usar ciência contra ciência (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 13). Para tal, contrataram uma equipe de renomados cientistas com um objetivo, o de desenvolver “(...) um extenso corpo de dados científicos bem fundamentados, úteis na defesa da indústria contra ataques.” (IDEM. Tradução minha)⁹.

⁸ Comitê da Indústria do Tabaco para Informação Pública. (Tradução minha).

⁹ Segue a citação original: “(...) an extensive body of scientifically, well-grounded data useful in defending the industry against attacks.” (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 13.)

Essa abordagem mostrou-se eficaz na disputa narrativa acerca do consumo do cigarro. A indústria do tabaco exigiu das mídias de massa um espaço para apresentarem ambos os lados, e não apenas os estudos que indicavam a relação entre o consumo do cigarro e a maior incidência de câncer. Assim, surgiram debates entre cientistas argumentando contra e a favor do cigarro (IBIDEM). Essa divergência entre autoridades criou uma espécie de campo aberto a ser conquistado no espaço público, algo que os jornalistas dos anos 1950-60 trataram como um grande debate acerca dos problemas do fumo (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 19). O que não podemos perder de vista neste caso, é, porém, a artificialidade desse debate, já que sua ocorrência se deu exclusivamente para confundir o público por meio do discurso alegadamente disruptivo, que utiliza o caráter crítico da ciência para que seja tido como pertinente (RAMOS, 2015, p. 361).

Considerando que ambos os lados nessa disputa seriam constituídos por cientistas renomados e profissionais, o que os diferenciava era onde buscavam enfocar a atenção do público (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 13). O estudo sobre o cigarro e sua relação com o câncer era então disponibilizado aos populares. No entanto, utilizando a premissa da revisão da ciência, os cientistas pró-cigarro selecionavam a dedo os detalhes e questões que não estavam tão claros, como se tivessem flagrado uma contradição dentro daquele estudo, assim, o invalidando para o público (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 18) (SHAPIN, 2020, p. 313). Com isso, traziam uma série de questões sobre outras possíveis causas de câncer que não eram propriamente aquelas relacionadas à discussão do tabaco. Ou seja, enquanto um lado buscava validar sua própria pesquisa, o outro encontrava brechas para deslegitimar seu oponente, ao passo que trazia argumentos não-ontológicos para estar sempre com a “razão” na opinião pública. Nesse sentido, podemos levar essa disputa de verdade como um exemplo da prova de força desbalanceada discutida anteriormente. Há, no entanto, um agravante nesse desbalanço, não previsto pela prova pela força pensada por Foucault: o investimento econômico de cada lado dessa disputa. Enquanto um se tratava de cientistas e formuladores de políticas públicas de saúde, o outro apoiava-se no lobby da grande indústria do tabaco. Assim, essa clara disparidade orçamentária traz consequências diretas ao debate, que, repetindo, já foi criado artificialmente pelo lado lobista.

Quanto às questões não-ontológicas, é evidente que elas não eram ilegítimas, já que as demais causas possíveis de câncer que discutiam eram de fato válidas (ORESQUES; CONWAY, 2010, p. 18). A problemática entorno dessas questões era, porém, o fato de desconsiderarem o cigarro em detrimento das demais, como se, havendo outros

causadores de câncer, o cigarro não fosse um responsável. Assim, mesmo que os estudos que relacionavam a incidência de câncer com o consumo de tabaco se consolidavam, a indústria do tabaco se utilizava de técnicas de comunicação e publicidade para direcionar a opinião pública sobre essas questões divergentes, afetando a visibilidade dos estudos acerca do cigarro e protegendo a indústria.

Por meio dessa questão do passado, podemos nos voltar à definição apresentada de negacionismo no capítulo anterior e aferir sua legitimidade, uma vez que percebemos essa prática como uma forma narrativa cujo intuito é a legitimação de determinada demanda institucional. No entanto, devemos saber que a terminologia “negacionismo” foi cunhada anos depois de toda essa questão da indústria do cigarro. Longe do intuito de cometer anacronismos, o objetivo desse debate foi de exemplificar a construção terminológica feita anteriormente, assim como seu funcionamento no espaço público. Da mesma forma, intentamos por mostrar como o negacionismo ocorre mesmo sem possuir um nome próprio. O negacionismo não ocorre quando uma pessoa tem uma visão de mundo diferente da outra, como alega a pós-verdade. Ele ocorre, sim, pela demanda institucional interessada em manipular a percepção pública através da dúvida.

No caso da indústria do tabaco, nos deparamos com o negacionismo como uma ferramenta a serviço da manutenção de uma economia capitalista, cujo intuito é o lucro a despeito da vida do indivíduo. No entanto, ao levarmos em conta que este mobiliza técnicas de comunicação e indução do público para a efetivação de seu desejo, podemos considerar que seu campo de ação não se restringe apenas às demandas financeiras. A política, por exemplo, representa igualmente uma complexa rede de interesses a serem supridos em benefício da manutenção de um espaço público adestrado à legitimação de governos que se sustentam em cima de seus passados sensíveis.

Nesse sentido, falaremos agora propriamente da invenção do termo “negacionismo”, do qual iniciou-se na História. Sendo assim, uma vez que o negacionismo foi anteriormente discutido em sua amplitude no campo científico, trataremos especificamente sobre o “negacionismo histórico” até o fim deste trabalho. Ademais, cabe ressaltar que a escolha do termo “invenção” não é por acaso. Apesar de comumente na historiografia, os profissionais optarem por tratar sobre a “origem” das coisas, parto da premissa foucaultiana e nietzschiana expressa anteriormente acerca da construção da verdade/conhecimento. A verdade se constrói pela relação de poderes entre humanos e o próprio mundo, mas, como explica Foucault, “(...) não se pode deduzir o conhecimento, de maneira analítica, segundo uma espécie de derivação natural. (...) O

conhecimento não é instintivo, é contra-instintivo, assim como ele não é natural, é contra-natural.” (2002, p. 17). Nesse sentido, consideramos neste trabalho o conhecimento como uma invenção sem uma origem natural. Não por acaso, os únicos pontos em que o termo “origem” é aqui utilizado, são aqueles em que mencionamos origens naturais, como a própria vida.

A criação do termo “negacionismo histórico” vem em torno de um extenso debate acerca do Holocausto. Este evento histórico foi uma perseguição e o genocídio sistemático de milhões de pessoas, sobretudo judeus, causado pela Alemanha Nazista entre 1933 a 1945. Com o desdobramento dos estudos acerca do Holocausto, uma série de indivíduos utilizaram da premissa revisionista da ciência para construírem certa autoridade pública, tentando, assim, justificar leituras amenizadas desse passado traumático, chegando até mesmo a isentar a culpa alemã dos horrores praticados (MAIA, 2023, p. 16). O acionamento dessa máquina negacionista ocorreu através do discurso feito por Himmler, ainda em 1943, que expressa a necessidade de um apagamento histórico do Holocausto como uma “solução final” para a “gloriosa” história alemã (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 15). Através dessa mobilização, grupos antissemitas de extrema-direita partiram para uma operação com o fim da “(...) destruição do fato, da noção de fato, da factualidade do fato” (...)” do Holocausto nazista (NICHANIAN, 2006, p. 9, APUD, VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 15).

Um sujeito-chave para esse processo foi Robert Faurisson, que denominou esse movimento como pertencente à “escola revisionista” (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 14). As práticas dos membros dessa “escola” eram similares ou até mais escabrosas do que a dos negacionistas do tabaco, analisados anteriormente. Eles partiam desde o questionamento infundado de dados, fontes e consensos, até a deturpação ou plena falsificação dos fatos ocorridos. A exemplo disso, temos o caso do pastor estadunidense chamado Gerald L. K. Smith, que em 1959 publica *Cross and the Flag*, onde alega que “(...) seis milhões de judeus não foram mortos no Holocausto, mas emigraram para os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial”. Outro exemplo foi o caso de Paul Rassinier, que em 1964 publica *The Drama of European Jewry*, “(...) no qual alega que as câmaras de gás foram uma invenção de um “regime sionista”.” (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, Negação do Holocausto: Datas importantes, 2026)¹⁰.

¹⁰ O artigo utilizado está disponível no site do *Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos*. Assim, não há paginação na referência.

Dentre estas diversas narrativas “revisionistas” acerca do Holocausto, nos atentaremos a uma em específico, construída pelo próprio Estado francês após a Segunda Guerra Mundial. Essa narrativa serviu como uma forma de subversão dos fatos acerca do comportamento nacional durante o período de 1940 a 1944, momento marcado pela divisão de seu território entre dois governos: a ocupação alemã e a França de Vichy, sob a liderança do marechal Pétain. Esse momento histórico evidencia uma realidade que o povo francês possui imensa dificuldade de aceitar, que é seu passado fascista e colaboracionista com o nazismo (WOLFREYS, 2020)¹¹.

Com o fim da guerra e a retomada da soberania nacional, o governo francês criou e propagou meticulosamente a ideia de que a França resistiu a todo momento à presença nazista em seu território. Assim, durante este período de retomada, o líder das Forças Francesas Livres, Charles De Gaulle, afirmou que, “(...) apenas um punhado de patifes” se comportou mal durante a ocupação: o resto do país podia se ver como patriotas.”¹² (IDEM). A partir disso, ocorreu uma constante propaganda de uma França resistente e orgulhosa, tendo como objetivo a reconciliação nacional nesse pós-guerra. Sobre essa afirmação patriótica,

Os livros escolares retratavam a França em tempos de guerra como uma nação de resistentes que se recusavam a colaborar com o ocupante. Relatos históricos influentes, como o “Histoire de Vichy”, de Robert Aron, retratavam Pétain como um “escudo” e De Gaulle como uma “espada”, cada um dos quais era necessário de maneiras diferentes para a defesa dos interesses franceses. (IBIDEM).

Frente a essa questão histórica, surgiram diversos trabalhos críticos em torno da real postura do regime de Vichy. Em seu artigo, Wolfreys (2020) destaca a obra de Henri Michel, *Vichy: Année 40* (1966), como uma produção francesa crítica ao tema. Foi, porém, com pesquisas de historiadores estrangeiros que esses consensos “revisionistas” passaram a ser derrubados. Como exemplo, temos o trabalho conjunto de Stanley Hoffmann, Alan Milward e Eberhard Jäckel, intitulado *Frankreich in Hitlers Europa* (1966), ou, também, o *Vichy France: Old Guard and New Order* (1972), de Robert O. Paxton, cuja impactante publicação “(...) virou o estudo de Vichy de cabeça para baixo (...)” (WOLFREYS, 2020).

Através dessa empreitada historiográfica, explanou-se o real comportamento do governo de Vichy com a população judaica. Diversas leis antissemitas foram

¹¹ Pelo mesmo motivo que na nota anterior, o artigo de Wolfreys não possui paginação na referência. Nesse caso, o trabalho está disponível na revista digital *Jacobina*.

¹² Henry Rouso apelida essa afirmação de De Gaulle como uma “sublime meia mentira”, (WOLFREYS, 2020).

promulgadas durante o regime, auxiliando diretamente na ocorrência do Holocausto. Além disso, cidadãos perderam suas cidadanias francesas, tiveram seus empregos restritos e foram colocados sob constante vigilância policial. No fim, em torno de 76.000 judeus foram deportados da França para os campos de concentração (WOLFREYS, 2020). Sob esse caso, partimos da ótica de Valim e Avelar (2020), que entendem que o exercício de poder que mira na eliminação real ou simbólica de setores específicos da população, possui o fim de justificar as violências de outro setor, sendo este o elemento estruturante do que podemos chamar de “governamentalidade negacionista”. Essa análise de conjuntura é, no entanto, extremamente atual para o tema em questão, sendo possível, sobretudo, graças aos avanços feitos por Henry Rousso ao fim da década de 1980.

Nesse sentido, falaremos agora de Rousso, que embarca no debate acerca do regime de Vichy e publica em 1987 *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*. Seu livro, porém, não foi pioneiro no tema, visto que sua publicação ocorre algumas décadas depois do início dessa discussão. No entanto, a relevância de sua obra reside em outro aspecto que não é necessariamente o tema da França de Vichy. Sua importância foi a de observar a escola revisionista sob outra ótica. Se eles propagavam ao público e à academia um suposto compromisso com a verdade (neste caso, a de mostrar a França como uma orgulhosa nação resistente), o que Rousso faz é evidenciar a falsificação sistemática que estes empregavam em prol de seus próprios desejos e interesses. Assim, ele retira do grupo a autoatribuída denominação “revisionista”, própria do fazer científico, e garante-lhes o nome de “negacionistas”, ou seja, de negadores sistemáticos da realidade. Da mesma forma, ele atribui a essa prática o termo “negacionismo histórico”.

Tendo cunhado o termo, Rousso o caracteriza como “(...) uma modalidade discursiva, um modo de representação do passado e de percepção do presente” (...)” (ROUSSO, 2020, p. xiii, APUD, VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 14). Podemos entender o negacionismo histórico, portanto, como uma forma narrativa que busca representar o passado de forma distorcida por meio do sistemático apagamento, esquecimento e/ou abuso dos fatos, com o objetivo de confundir o debate público e desqualificar o trabalho de historiadores profissionais que garantem avanços nas formas da sociedade lidar com seus passados sensíveis. Esse passado distorcido responde diretamente às demandas de grupos do tempo presente, cuja manipulação da realidade por meio dos consensos históricos garante-lhes a manutenção de um status de privilégio social, econômico e político na sociedade.

Por meio desse avanço epistemológico feito por Rousso, creio podermos enquadrar outras leituras do passado como negacionismos históricos além da do Holocausto. Esse argumento se sustenta quando pensamos na presença da atividade que se enquadra como negacionista mesmo sem a denominação apropriada para o período de sua ocorrência, como levantado durante nosso debate acerca do negacionismo da relação entre o consumo do tabaco e a maior incidência de câncer. Tomemos como exemplo, portanto, a “(...) negação da responsabilidade do governo turco pelo massacre dos armênios em 1915 (...)”, que ocorre desde seu ocorrido até nossa atualidade (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 14). No caso brasileiro, Abdias do Nascimento explanava, já em 1978 em *O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado*, como a ditadura militar retirou o quesito cor/raça do Censo de 1970, sendo esta, parte de um “(...) conjunto de políticas de Estado constantemente atualizado para o genocídio da população negra, historicamente negado por meio do “mito da democracia racial”.” (VALIM; AVELAR; BEVERNAGE, 2021, p. 23).

Para finalizar esse tópico, voltemos para definir os principais pontos acerca da invenção do negacionismo. Os primeiros casos publicamente percebidos como deturpadores da Ciência e da História, *vide* a negação da relação do tabaco com a incidência de câncer e a negação da ocorrência do Holocausto, possuem uma datação muito próxima. No caso, iniciam-se por volta de 1950, pós-Segunda Guerra Mundial. Ambos não ocorreram espontaneamente, já que se tratavam de tentativas sistemáticas de defender setores específicos da sociedade que viriam a ser prejudicados se certos consensos sensíveis fossem estabelecidos. O método utilizado para tal foi a negação dos respectivos consensos por meio da deturpação, falsificação e abuso de teorias, fatos e narrativas, sob o auxílio da premissa revisionista da ciência. Percebendo o *modus operandi* da chamada “escola revisionista”, Rousso confere-lhes, em 1987, um novo nome: negacionistas.

3. O negacionismo histórico na atualidade

Nos capítulos anteriores, discutimos a fundamentação epistemológica definidora do negacionismo. Assim, percebemos que se trata de um ato de subversão e abuso do aparato científico. Em seguida, questionamo-nos sobre o gatilho para a ocorrência desse fenômeno. Entre a possibilidade da espontaneidade e o incentivo institucional, não temos dúvidas sobre o interesse de setores da sociedade na difusão do negacionismo. Nesse sentido, exemplificamos tanto a fundamentação epistemológica do negacionismo quanto seu incentivo e sua prática institucional. Consequentemente, retornamos à construção do termo “negacionismo histórico” e encaramos suas ações como uma forma de releitura dos chamados “passados sensíveis”. Atestamos, portanto, que seu objetivo está na justificativa, suavização e/ou subversão dos fatos ocorridos em prol do benefício de parcelas da sociedade ligadas à causa dessa sensibilidade.

Dando continuidade, portanto, à nossa discussão, temos como objetivo deste capítulo a compreensão do negacionismo histórico brasileiro em nossa atualidade; em específico, sua nova forma de ação e difusão. Nesse sentido, ao levar em conta que o termo “negacionismo histórico” é um objeto de estudo da historiografia a apenas 39 anos¹³, considerando a produção de Rouso em 1987, é compreensível que determinadas leituras considerem que sua própria invenção seja ainda muito atual. Apesar disso, não podemos perder de vista que o revisionismo embrionário do que vem a ser o negacionismo circunda a historiografia desde meados de 1945 pós-Segunda Guerra Mundial¹⁴, o que data nosso tema com 81 anos. Dessa forma, torna-se necessário delimitarmos temporalmente o que seria “atual” para o prosseguimento deste trabalho.

Como já discutido, não existem origens dentro da História, e sim invenções decorrentes do processo histórico humano. Assim sendo, inevitavelmente resta à subjetividade do historiador a tarefa de encontrar um ponto na história que melhor representa a característica definidora de uma nova temporalidade a ser delimitada, algo bastante conhecido na historiografia graças à divisão temporal eurocêntrica entre pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea.

Nesse sentido, proponho utilizarmos como parâmetro a tomada de consciência pública sobre a nocividade do negacionismo histórico junto às ações judiciais contra a

¹³ Isso, evidentemente, considerando o momento de produção desse trabalho.

¹⁴ É claro que essa distinção entre o revisionismo próprio da ciência com o revisionismo negacionista só é possível em nossa atualidade.

devida prática, o que nos levou a entrar no que Kahn-Harris chamou de era do pós-negacionismo (2018, p. 101). Dessa forma, partiremos de uma série de eventos que melhor representam a cisão deste passado para nosso tempo atual. Nesse viés, tratamos como passado a livre ocorrência do revisionismo/negacionismo histórico como uma perspectiva a ser considerada como verdadeira no debate público, enquanto a atualidade se caracteriza pelo “negacionismo sutil” (IDEM). Apesar dessa dita “livre ocorrência”, não desconsideramos os embates que já ocorriam entre acadêmicos e negacionistas, como no caso de Vidal-Naquet contra Robert Faurisson ao fim de 1970 e início de 80. Estes, no entanto, restringiam-se comumente ao campo acadêmico, não havendo significativa mudança na esfera pública.

Dessa maneira, partiremos de 1990 como o ano em que se inicia esse processo de cisão. Apesar de muito próximo de 1987, data da publicação de *Le syndrome de Vichy (1944-1987)*, de Henry Rousso, que cunhou o termo “negacionismo histórico”, escolhemos iniciar em 1990 pois é neste ano que ocorrem dois casos vitais quanto a postura pública frente ao negacionismo histórico: a proclamação da *Lei Gayssot* e a prisão de Ahmed Rami. Destaco, porém, que apesar de considerar essa data como o início deste processo de cisão, a década de 1990 trouxe poucos avanços em relação ao nosso parâmetro. Assim, é definitivamente a partir dos anos 2000, com o “caso Lipstadt”, que o negacionismo histórico recebe a devida notoriedade e atenção do público geral, acarretando uma necessária adaptação da prática para sua continuidade. Sob essa adaptação, o negacionismo histórico se desfoca do Holocausto e passa a figurar em outros temas pertinentes à História com implicações políticas em nossa atualidade. Nesse sentido, embarquemos neste processo de ruptura e reajuste.

Pouco antes de 1990, a negação do Holocausto havia sido criminalizada tanto na Alemanha (1985) quanto em Israel (1986); este último formado em 1948 por meio do movimento sionista, que reivindicava a criação de um estado judeu (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, *Negação do Holocausto: Datas importantes*, 2026). Estas nações correspondem aos principais participantes do Holocausto, um sob a posição de algoz, outro de vítima, respectivamente. Assim, consideramos que o pioneirismo no interesse público em ambos os casos fazia parte de um projeto de reparação de seu corpo social. A Alemanha, por exemplo, vinha desde o pós-guerra com o trauma da culpa, tornando como preceito cultural a retórica da responsabilidade de proteger e reconstituir a estrutura internacional (KENKEL, 2012, p. 160, 162). Nesse

sentido, a promulgação destas leis agiu como uma alternativa cicatrizante das feridas abertas na memória de seus povos.

Foi, porém, em 1990, que a questão do negacionismo histórico saiu desse espaço da memória coletiva dos povos envolvidos e passou a ser discutido internacionalmente sob o enfoque de sua nocividade. Seu marco se deu inicialmente pela *Lei Gayssot*, promulgada na França em 13 de julho de 1990¹⁵. Seu objetivo é sinalizado já em seu título: reprimir qualquer ato racista, antissemita ou xenófobo; algo que é também constatado em seu 1º artigo. O interessante nesse caso é o fato de enfocarem em mudanças na lei de *Liberdade de Imprensa de 29 de julho de 1881*, como expresso em seu 2º título. Assim, vemos em seu 7º artigo a previsão de medidas jurídicas na ocorrência de imputações públicas suscetíveis de prejudicar a reputação ou honra de grupos ou indivíduos de origem ou filiação a determinado grupo étnico, nação ou religião. Nesse viés, o ponto vital para nossa discussão se faz presente em seu 9º artigo, do qual insere na dita lei de 1881 o artigo 24 bis. Este prevê punições para aqueles que contestarem a existência de um ou mais crimes definidos pelo artigo 6º do *Estatuto do Tribunal Internacional*, presente no *Acordo de Londres de 8 de agosto de 1945*. Por meio dessa medida, criminalizou-se a contestação da ocorrência de crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Dessa forma, percebemos a inserção do Estado, sobretudo através do aparato judicial, para a regulação dos discursos negacionistas que vinham tomando de assalto a historiografia qualificada. Sob essa perspectiva, a relevância da *Lei Gayssot* não se restringiu apenas ao campo nacional francês, já que ela serviu “(...)de estímulo para muitos outros países europeus que adotaram leis semelhantes na década de 1990 e no início dos anos 2000” (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, *Negação do Holocausto: Datas importantes*, 2026).

Concomitantemente à criação dessa lei, ainda no ano de 1990, ocorreu outro importante marco no campo judiciário, que foi a condenação de Ahmed Rami, um escritor marroquino-sueco e fundador da *Rádio Islã* em 1987, com sede na Suécia. Sua estação transmitia discursos antissemitas, descrevendo o Holocausto como “(...) uma alegação sionista/judaica.” (IDEM). Três anos após a fundação de sua rádio, ele veio a ser condenado pelo tribunal sueco por “discurso de ódio”, sendo preso por seis meses e tendo sua licença de transmissão revogada por um ano.

¹⁵ Logo no dia seguinte, ela vinha a ser divulgada através do Jornal Oficial da República Francesa, o qual utilizamos como fonte nessa discussão.

Consideramos pertinente este caso devido à sua resolução se dar no encarceramento do condenado, algo que não havia ocorrido antes a outros negacionistas condenados judicialmente, já que sofriam de sanções mais brandas, o que não lhes impedia de continuar a proliferar seus discursos. Robert Faurisson, por exemplo, foi condenado em 1981 por chamar as câmaras de gás e o massacre de judeus da Segunda Guerra Mundial de “mentira histórica” (THE NEW YORK TIMES, 1981, 4 jul., p. 4). Nesse caso, o tribunal francês condenou-o apenas a pagar uma multa a três organizações de judeus franceses, além de ser suspenso por noventa dias de suas atividades como professor universitário. Nesse sentido, percebemos que o aparato judiciário sueco partiu para uma abordagem mais assertiva para tentar resolver a questão do negacionismo histórico, contrastando com as resoluções mais amenas que não buscavam necessariamente impedir a continuação de sua ocorrência, mas apenas penalizar o infrator¹⁶.

Evidentemente, as atividades negacionistas não pararam após estes marcos destacados em 1990. Ficou claro, porém, que entrávamos em um novo momento do debate acerca do negacionismo histórico. Medidas legais realmente significativas passaram a ser tomadas contra os negacionistas. Sobre essas medidas, porém, Cardoso (2021, p. 103) destaca o questionamento de historiadores como Vidal-Naquet e Deborah Lipstadt quanto a capacidade jurídica para dirimir questões históricas, visto que a esfera do inquérito (para retornarmos à ideia de Foucault), possui pressupostos diferentes da historiografia, *vide* a Lei das Metades. Sendo assim, o autor traz a seguinte questão: até que ponto a resolução jurídica é válida para a historiografia e vice-versa (CARDOSO, 2021, p. 99)?

Sob esse aspecto, o caso de maior magnitude neste descompasso entre a verdade histórica e a jurídica ocorreu no embate judicial entre Deborah Lipstadt e David Irving entre o fim da década de 90 e o início dos anos 2000. Neste episódio, Lipstadt é processada por Irving por apresentá-lo em seu livro como “(...)alguém que distorce indícios, manipula documentos e altera dados, de modo a sustentar a inexistência do Holocausto.”, considerando-o, assim, um dos “(...) porta-vozes mais perigosos do

¹⁶ É necessário evidenciar, no entanto, que após sua prisão, Ahmed Rami permaneceu proliferando o antissemitismo e o negacionismo histórico por meio do ambiente digital com o *Portal Rádio Islam* a partir de 1996, agora sob registro estadunidense, país que privilegia o livre discurso e que só interfere quando há incitações diretas de violência (MAYNARD, 2025, p. 22). Vale afirmar, porém, que a iniciativa sueca surtiu efeito, visto que Rami não reincidiu o crime sob jurisdição do respectivo país.

negacionismo” (CARDOSO, 2021, p. 98). O processo que se seguiu apresentou um intenso debate semântico acerca do ofício do historiador, cujo fim se deu na confirmação de Irving como um negacionista, acarretando-lhe uma grande perda financeira e de credibilidade (SPLCENTER, David Irving, 2026)¹⁷.

Sob esse breve caso, creio podermos retornar à questão expressa pelos historiadores por meio de Cardoso e trazer uma resposta provisória. O inquérito, como vemos anteriormente com Foucault, se trata de uma busca pela verdade por meio do julgamento de um terceiro não envolvido com a situação. Seu papel é exclusivamente o de deliberar o que seria a verdade por base em cada metade apresentada dentro da instância de julgamento. Nesse sentido, o âmbito judiciário não corresponde diretamente a nenhuma linha do conhecimento que não a própria do direito, especializada no julgamento das leis, argumentos e provas. Sendo assim, não é irreal a possibilidade de um negacionista sair triunfante de um embate contra um historiador, já que o que está em jogo não é necessariamente o respectivo conhecimento qualificado. Desse jeito, concluímos que o pré-requisito para a vitória jurídica do negacionista seria a comprovação de sua acusação, que, conseqüentemente, não pode decorrer de uma divergência intelectual, já que discussões nesse sentido não competem ao direito.

Como vemos no caso de Lipstadt e Irving, a causa do processo foi uma suposta difamação e não uma discordância intelectual. Desse modo, a forma de demonstrar que a historiadora não difamou Irving, mas apenas constatou fatos, foi embarcar na historiografia para evidenciar os negacionismos cometidos. Não por acaso, sua equipe apresentou mais de trinta exemplos do que, nos termos de Lipstadt, seriam “malversações históricas” (CARDOSO, 2021, p. 104). Dessa forma, o que podemos afirmar com certa segurança é que o historiador é o lado forte dentro de um embate judicial no que diz respeito à historiografia, o que, no entanto, pode soar contraditório com nossa discussão anterior sobre a dificuldade de se debater e se refutar o discurso negacionista. Lembremos, portanto, da questão do emprego da prova não-ontológica apresentada por Vidal-Naquet. O debate público pode sofrer de uma enxurrada de informações difíceis de se refutar em um primeiro momento, mas, em um ambiente controlado como o judiciário,

¹⁷ Irving foi preso em 2005 na Áustria por um mandado de prisão emitido em 1989 que não havia sido por ele cumprido, sendo condenado em 2006 a três anos de prisão, e que posteriormente seria reduzida ao tempo já cumprido. Logo ele voltaria a dar palestras em comícios de extrema-direita na Hungria, Reino Unido, Polônia, Estados Unidos e outros países (SPLCENTER, David Irving, 2026).

se torna questão de tempo para se desbancar os argumentos não-ontológicos do negacionista, assim como acabamos de ver com o caso Lipstadt.

É, portanto, sob esse contexto construído pelo maior controle judicial acerca do discurso negacionista e de suas frequentes derrotas que entramos definitivamente no pós-negacionismo, que se dá a partir do século XXI. Com a chegada do novo século, estabeleceram-se também limites cada vez menos permissivos para esses discursos quando em comparação ao passado (KAHN-HARRIS, 2018, p. 87). Se antes, o negacionismo se sustentava por meio de conspiracionismos sem qualquer fundamentação factual, como no caso já apresentado do pastor estadunidense Gerald L. K. Smith, agora sua existência decorre do obscurecimento de sua intencionalidade. Para isso, o negacionismo atual passa a atuar por meio das bases da historiografia profissional, cuja fundamentação bem estabelecida abre margem para um negacionismo mais “suave” e menos perceptível (KAHN-HARRIS, 2018, p. 101).

Sob esse aspecto, Rodrigo Perez Oliveira exemplifica bem essa nova forma de negacionismo, o qual ele caracteriza pelo uso abusivo da historiografia (OLIVEIRA, 2023, p. 4). Em interlocução com Antoon De Baets, o historiador explica o perigo desse negacionismo suave e abusivo.

O abuso não é resultado do desleixo metodológico ou da incompetência operacional. É derivado da distorção de dados que, sim, podem ser encontrados nos documentos e na historiografia profissional. Esse tipo de abuso, como sugere De Baets, é de difícil “rastreadibilidade” e tende a causar danos maiores. Afinal, “quanto mais difícil for a identificação dos rastros [do abuso], maior será a dificuldade de reconhecer e medir o abuso e a extensão do dano” (DE BAETS, 2013, p. 42). (OLIVEIRA, 2023, p. 9).

Nesse sentido, Oliveira busca entender o funcionamento desses usos abusivos da historiografia profissional pelo negacionismo histórico. Para tal, ele parte para um estudo de caso do jornalista Leandro Narloch e seu livro, o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (2009), que viria posteriormente a se tornar uma série documental do canal *History Channel Brasil*. Para entender a intencionalidade dessa produção e de seus discursos, Oliveira a contrasta com entrevistas concedidas pelo jornalista.

Sob sua análise, o que Oliveira percebe em um primeiro momento na obra de Narloch é sua adesão à historiografia profissional, sobretudo da geração acadêmica dos anos 1980, conhecidos pela chamada “nova história”. Essa geração viria a trazer maior profundidade às dinâmicas presentes entre as classes sociais, mostrando que as relações entre pobres e ricos, escravizados e senhores, perpassavam ativamente por negociações e conflitos. Assim, a definição tradicional dos personagens sociais brasileiros como pobres vítimas e ricos vilões mostrou-se demasiadamente simples e estático, permitindo que

lacunas se estabelecessem dentro da real complexidade presente nessas relações (OLIVEIRA, 2023, p. 4).

Apropriando-se dessa corrente historiográfica, Narloch a utiliza tanto em seu livro quanto na série documental, tentando convencer o leitor de que faria parte da mesma. Sob suas palavras:

Os ricos só ganham o papel de vilões e se fazem alguma bondade é porque foram movidos por interesses. Já os pobres são eternamente “do bem”, vítimas da elite e das grandes potências, e só fazem besteira porque são obrigados a isso. Nessa estrutura simplista, o único aspecto que importa é o econômico: o passado vira um jogo de interesses e apenas isso (NARLOCH, 2009, p. 04, Apud, OLIVEIRA, 2023, p. 4).

Nesse viés, Narloch se coloca em uma posição de superação da “perspectiva tradicional” de inspiração marxista, a qual, segundo Oliveira em interlocução com Robert Slenes, se caracterizava pela “marginalização dos homens livres pobres e pela vitimização do escravo, ocasionadas por um sistema econômico perverso” (SLENES, 1999, p. 32, Apud, OLIVEIRA, 2023, p. 7).

Sob a bandeira da “nova história”, tanto o livro quanto a série relembram a “história tradicional” e anunciam que o que vai ser apresentado será uma “história não contada”, como se a formação educacional brasileira escondesse a “verdade” dos alunos (OLIVEIRA, 2023, p. 7). Dessa maneira, Narloch e outros integrantes da série empreendem várias “denúncias” contra os antigos historiadores “marxistas” que supostamente desvirtuaram e falsearam a História do Brasil por meio da lacunar e estática ideia da luta de classes. Essa abordagem um tanto sensacionalista busca cativar o público por meio da ideia do rompimento com o que comumente constitui o currículo escolar, levando o espectador a crer que há uma história oculta que será revelada. Nesse sentido, Oliveira destaca a participação da historiadora Mary Del Priore no terceiro episódio da série, no qual ela analisa o funcionamento do Quilombo dos Palmares:

É importante que se diga que os quilombos não eram formados “apenas por negros, mas também por mestiços, homens pobres e índios, por todos aqueles que eram capazes de se contrapor cotidianamente à realidade da escravidão e da violência colonial. Diferente do que disseram por muito tempo os historiadores, os pobres, explorados e desvalidos não são incapazes de agir no mundo em que vivem (DEL PRIORE, *HISTORY CHANNEL*, 2017, min. 15, Apud, OLIVEIRA, 2023, p. 7).

Como expressado anteriormente, o perigo dessa nova modalidade de negacionismo se dá pelo uso abusivo de fatos e informações verdadeiras cujos objetivos são de difícil identificação. Essa fala de Del Priore não está errada, mas, feita sob um conjunto de ideias que estão sendo desenvolvidas por Narloch, serve de sustentação para as reais intenções do jornalista. Para perceber essas intenções, Oliveira parte para uma

reconstituição do cenário político brasileiro à época da publicação do livro em 2009, assim como recupera entrevistas concedidas por Narloch. De acordo com Oliveira:

Em 2009, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha 87% de aprovação popular. A força da esquerda na política brasileira parecia inabalável. Tamanho sucesso se explicava, em alguma medida, pelas políticas públicas reparatórias desenvolvidas no período, como as cotas raciais nas universidades públicas. Essas políticas públicas se inspiravam em determinada visão do processo histórico nacional, segundo a qual o Estado brasileiro possui dívidas com determinados grupos sociais. (OLIVEIRA, 2023, p. 10).

É, portanto, na ideia de “dívida histórica” que Narloch emprega seu ataque negacionista. Assim, o jornalista abusa dos estudos da “nova história” para validar um quadro em que essas dívidas históricas seriam um falseamento do conhecimento histórico para a perpetuação da esquerda no poder, já que, na realidade, as relações perpassaram mais por negociações do que por conflitos. Com isso, ele pinta “(...) uma realidade histórica onde inexistem violências e conflitos estruturais (...)”, o que viria a legitimar a ideia de que a política de cotas raciais seria “(...) “falho e mentiroso” pois sugeriria a existência da perpetuação de um trauma capaz de anular o “mérito dos negros”.” (IDEM).

Percebemos, portanto, que por trás desse discurso meritocrático, Narloch combate os avanços políticos provenientes da História utilizando-se da própria historiografia. Essa subversão se integra a um conjunto de ideias com intenção de sustentar agendas políticas comumente reacionárias. Em artigo publicado em 2004, Evelina Dagnino já percebia a presença dessa adulteração de sentidos no âmbito político. Ela explica que, desde o período da redemocratização, vivemos o embate entre dois projetos políticos distintos, um democratizante e outro neoliberal. Sob esse conflito, o projeto neoliberal foi gradualmente se apossando de termos próprios do projeto democratizante, alterando seus significados para remetê-los ao campo do individualismo e da lógica de mercado, se desvincilhando de seus sentidos de origem social, coletiva e, nesse caso, histórica. Daí, surgiria o que Dagnino chama de “confluência perversa”, ou seja, um ponto supostamente comum nos discursos, mas diferentes em seus significados, responsável por perverter o campo simbólico do sujeito sem que ele próprio perceba (DAGNINO, 2004, p. 140).

Nesse sentido, o que entendemos como abuso por parte do jornalista, pode ser compreendido, também, pelos termos de Dagnino, como uma “confluência perversa”. A negação por meio do abuso da historiografia profissional subverte os sentidos produzidos pelo próprio campo do conhecimento histórico, servindo a interesses políticos próprios. Para essa alteração de significados, ele fomenta o público a desconfiar da “História tradicional”, comumente vinculada aos currículos escolares. Sob essa desconfiança, tornou-se rotineiro que os professores, ao tratarem de temas sensíveis, fossem

classificados como “esquerdistas”, “marxistas” e até “doutrinadores”. Forma-se, portanto, uma narrativa de que a sociedade está sendo enganada e de que essas figuras disruptivas, “politicamente incorretas”, estão trazendo a “verdade”. Assim, por meio desse palanque público de autoridade conquistado pelo apoio de um público revoltado, ele subverte sua “própria” linha historiográfica para validar sua agenda política.

Dessa forma, percebemos que o negacionismo histórico ainda se faz presente, mesmo que com uma nova roupagem. Seu objetivo continua o mesmo, que é o de legitimar demandas de grupos sociais e/ou instituições que se sustentam em cima dos “passados sensíveis”. Nesse caso analisado, é evidente que o interesse do jornalista é a manutenção de uma estrutura que restringe os direitos de grupos historicamente oprimidos por meio de uma leitura abusiva do passado histórico (OLIVEIRA, 2023, p. 11). Compreendemos, portanto, que essa nova fase do negacionismo histórico se baseia na sutileza com que determinada informação verossímil é subvertida para determinado propósito.

Pode parecer pouco eficiente a produção de negacionismos de forma relativamente tão sutil, porém, o que emplaca o perigo dessa nova modalidade são as novas formas de consumo de informações e conteúdos de entretenimento de massas que ganharam espaço ao correr das últimas décadas, sobretudo ao início do novo milênio. Nesse sentido, para entendermos essa nova dinâmica de propagação, manteremos nossa lente no *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, visto que esta obra tanto teve um enorme alcance da população quanto representa um bom exemplo para nossa discussão.

Dessa maneira, sob a questão das formas de consumo, partiremos aos estudos de Sônia Meneses (2019), que discute o conceito de “história ordinária” por meio do caso ocorrido com o jornalista Lira Neto, que foi entrevistado em 2017 pela equipe produtora da série de Narloch. Nesta entrevista, Neto foi surpreendido com a solicitação de que respondesse às perguntas como se estivesse falando com o personagem Homer Simpson (MENESES, 2017, p. 71). Seria este personagem criado pelo cartunista Matt Groening como uma caricatura da cultura estadunidense, mas que viria a se estender à toda contemporaneidade, visto a eficiente representação de uma sociedade capitalista, consumista, ordinária e alheia à percepção crítica do mundo e sua esfera cotidiana (MENESES, 2019, p. 67, 68).

Nesse sentido, Meneses identifica na obra *A invenção do cotidiano* (1998) de Certeau a existência de dois lugares da existência ordinária/cotidiana: o lugar próprio e o

lugar de consumo, ou apropriação. O “próprio” seria o lugar disciplinar, produtora de discursos e formas de controle. Enquanto isso, o “consumo” seria disperso e silencioso, lugar de apropriação daquilo que lhe é “(...) imposto, comunicado, ou simplesmente apresentado como produto cultural.” (MENESES, 2019, p. 69). Sob essa distinção de lugares, o “próprio” seria o campo disciplinar da própria História, sobretudo a historiografia tradicional. O que ela percebe, porém, é a insurgência de outros sujeitos (no caso, o grupo negacionista, reacionário e conservador) a disputarem esse lugar disciplinar formador de discursos, por meio de veículos de comunicação de amplo acesso às massas (IDEM). Seria este grupo caracterizado por uma “(...) *apropriação conservadora sobre o passado*, por conseguinte, produção conservadora de história.” (MENESES, 2019, p. 70, Grifo da autora).

Essa nova forma de produção e consumo de história não viria para subverter nenhuma ordem social; na verdade, criaria novas formas de manutenção do *status quo*. Seria essa produção conservadora marcada pelo reacionarismo político contemporâneo pautado sobre o passado, o que Meneses qualifica, assim como Oliveira, como abusivo. Dessa maneira, é uma “história ordinária”, ou uma “história para Homer Simpson”, é

(...) uma história feita e pensada para conformar o sujeito, que não tem a preocupação em demovê-lo de seu estado letárgico de compreensão de mundo. A produção de uma história mantenedora do *status quo*. Se nada demove Homer, a história a ser ensinada deve apenas entretê-lo, ser divertida, fazê-lo rir. (IDEM).

Daí a sutileza do pós-negacionismo e seu consequente perigo a partir do novo costume de consumo do século XXI, baseado no caráter acessível dos meios digitais, como a televisão e a internet. Essa “história ordinária” é produzida para o consumo cotidiano de entretenimento de fácil satisfação e rápida absorção, privilegiando a atenção gerada pelo sensacionalismo e pelo conspiracionismo. Assim, o sujeito consome e se apropria de discursos conformadores e reacionários, ao passo que crê estar, na verdade, desenvolvendo seu senso crítico e elevando sua capacidade intelectual. Assim, surge uma comunidade pseudointelectual baseada em uma rede de ideias fomentadas por supostos intelectuais, como Leandro Narloch ou Olavo de Carvalho, que creem estar rompendo com um “falso” discurso hegemônico e doutrinador.¹⁸

¹⁸ Apesar do destaque dado ao negacionismo, o fenômeno da História Ordinária não se restringe a ele apenas. Existem conteúdos com diferentes características em variadas plataformas, sejam elas televisivas ou via *internet*. Sua qualidade também varia, essa categoria cotidiana da História não é exclusivamente negacionista; há produções de grande qualidade, outras deficientes de cuidado metodológico, e outras de caráter de mera curiosidade.

Consequentemente à formação de comunidades pautadas no pós-negacionismo, ascende uma força política baseada em uma governamentalidade negacionista. No caso brasileiro, temos como exemplo de figura impactante no cenário político da extrema-direita, Olavo de Carvalho, formador e divulgador de ideias centrais para a solidificação epistêmica desse grupo. Assim, consolidou-se um corpo político baseado na eliminação real e/ou simbólica de setores sociais e de ideologias, formando uma espécie de “máquina de guerra antissistema”, que encontrou em Jair Bolsonaro a figura de um líder representante dessa força negacionista, o que institucionaliza o negacionismo e suas violências (VALIM, AVELAR, 2020).

Nesse sentido, para essa “máquina negacionista” se manter funcionando, não é necessário a eliminação do fato, já que a fundamentação dessa comunidade reacionária se dá por meio de argumentações não-ontológicas. Assim, foram criados espantalhos, ou seja, narrativas antissistema para combater problemas inexistentes que decorreriam da História Tradicional e dos professor “doutrinadores”, sendo essa uma forma de ganhar espaço na discussão pública e garantir a vigência de seus interesses políticos escusos, algo que Camila Rocha chama de “política de choque” (2022, p. 57). Dentre esses espantalhos, temos, por exemplo, a “ideologia de gênero” e a “doutrinação marxista” em sala de aula. Desse modo, surgem alvos para as violências físicas e simbólicas dessa nova extrema-direita organizada pelo negacionismo, sejam as mulheres e os membros da comunidade LGBTQIAPN+ em casos relacionados a pautas de gênero, sejam os professores em casos relacionados à educação e às questões sociais. Seria, portanto, essa nova modalidade de violência sustentada por uma episteme negacionista, uma faceta do fascismo que vem se refundando em um cenário global.

Sintetizemos, portanto, nossa discussão neste capítulo. Pouco após a definição do termo “negacionismo histórico”, em 1990 e 2000, ocorreram medidas públicas em âmbito internacional, o que levou os negacionistas a reorganizarem sua prática a fim de manterem-se atuantes sem maiores problemas legais. Dessa maneira, surge o que entendemos como pós-negacionismo, uma forma mais “suave” e imperceptível da prática, caracterizada pelo abuso da historiografia profissional. Assim, a intenção do discurso se esconde por trás de um véu de conhecimento consensual e qualificado, o que garante deliberada aceitação do receptor desconectado das intenções e das nuances do discurso historiográfico. O perigo dessa nova modalidade do negacionismo se agrava quando levamos em conta as novas formas de consumo do século XXI, já que as mídias digitais garantem uma maior e mais fácil proliferação desse discurso quando comparado com o

passado. Consequentemente, surgem comunidades políticas baseadas nessas ideias negacionistas, culminando na institucionalização do negacionismo por meio de uma governamentalidade baseada na respectiva prática.

4. Negacionismo histórico e a sala de aula

Transpassadas todas as questões fundamentais para se compreender o fenômeno do negacionismo histórico, chegamos ao ponto mais delicado da discussão. O negacionismo está invadindo as salas de aula e isso já vem se tornando tema de discussão entre profissionais, sobretudo após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 à presidência da república. Sua chegada ao cargo político trouxe consigo uma enorme convergência de diferentes tendências sociais e grupos políticos que ascendiam àquele momento, formando o que seria conhecido como “bolsonarismo” (NUNES, 2022, p. 20). Esse movimento acarretou uma polarização política sem precedentes em todo o Brasil, gerando conflitos ideológicos nos mais diversos setores da população.

Em acréscimo às divergências ideológicas, o ex-presidente foi, desde o início de sua carreira política, um saudosista da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Não por acaso, Bolsonaro levou propostas relacionadas à ditadura à Câmara dos Deputados em diferentes momentos de sua vida política (BAUER, 2024, p. 3). Assim, sua chegada à presidência serviu como um viabilizador para a institucionalização do negacionismo histórico na esfera pública (BORGES, 2022, p. 19). Nesse sentido, não apenas a negação da ditadura ganhou corpo, mas também o negacionismo presente em outros discursos hierarquizantes, opressores e mantenedores do *status quo*, comuns a essa extrema-direita fruto da confluência neoliberal bolsonarista.

Sob essa premissa, tornou-se comum, ao professor (em especial os de História) sofrer violência quando surgem em debate essas disputas ideológicas, sobretudo quando diz respeito àquelas permeadas pelo negacionismo, já que, concerne à profissão a responsabilidade de debater criticamente questões convergentes a essas disputas. Nesse sentido, há uma dupla categoria de pessoas a atacar a docência: 1) os estudantes; 2) os pais e responsáveis. No que diz respeito ao primeiro grupo, devemos levar em conta que o jovem em idade escolar não é comumente um participante ativo da vida política e econômica. No entanto, não podemos esquecer que ele é um sujeito histórico-cultural que tem suas próprias relações interpessoais e possui sua dimensão de consumo, apropriação e produção. Sendo assim, a narrativa negacionista tanto pode quanto de fato chega a esse jovem, seja por meio de familiares ou pelas mídias digitais, sendo por ele interpretado e apropriado à sua forma. Sob essa narrativa negacionista adotada pelo estudante, legitima-se a postura combativa contra o professor que está supostamente o doutrinando, assim como logo veremos a respeito do movimento Escola Sem Partido.

Quanto ao segundo grupo, se trata dos efetivos participantes da vida política e econômica, o que torna a questão mais complexa. Nesse sentido, para entendermos sua adoção pelo negacionismo, embarcaremos em uma breve análise de conjuntura para uma melhor compreensão dos efeitos ideológicos e disciplinares do neoliberalismo na população. Nesse caso, Nunes percebe nesse sistema a produção de mecanismos disciplinares por meio da “(...) instabilidade laboral, redução da rede de proteção social, “pejotização”, endividamento privado, etc.” (NUNES, 2022, p. 45). Assim, cria-se no imaginário popular a percepção de que vivemos uma decadência social irreversível, cuja única garantia de manutenção de sua posição social seja por meio da individualização do sujeito, um verdadeiro “todos contra todos”, o que, paradoxalmente, acaba por reforçar o quadro de crises geradas pelo neoliberalismo.

Como agravante dessa disciplinarização neoliberal, surge uma produção discursiva que cria uma identificação com os líderes políticos que movimentam uma narrativa disruptiva, como no caso de Bolsonaro. Assim, eles assumem uma persona antissistema e “expõe” as mentiras e hipocrisias do suposto sistema “politicamente correto”, os causadores dessa crise. Nesse sentido, essa narrativa oferece “(...) recompensas psicológicas óbvias: pertencimento, a sensação de reconhecimento, e “a ideia e a performance do vencer (...)”, conquanto pertencente a um contexto de constante crise gerada e gerenciada pela lógica de livre mercado e do individualismo do neoliberalismo (NUNES, 2022, p. 51).

Em acréscimo à análise de Nunes, o que percebemos pós governo Bolsonaro é que, sob a ascensão da extrema-direita ao poder, o discurso disruptivo do “politicamente incorreto” garantiu certo grau de independência de seus líderes políticos, o que, de certa forma, corrobora com sua tese de que o bolsonarismo independe da figura de Bolsonaro, sendo esse movimento uma confluência de diferentes tendências e forças políticas (NUNES, 2022, p.18). Essa independência se dá pela efetiva confluência gramatical e sua aderência a um amplo público que se revolta com o sistema devido aos avanços recentes em temáticas relacionadas às minorias sociais. Dessa forma, ainda que vivamos em uma sociedade estruturada na desigualdade e na hierarquização social, a plena difusão do negacionismo disruptivo produziu um inimigo que tenta se aproveitar das identidades sociais minoritárias (grupos étnicos, mulheres, comunidade lgbtqiapn+, religiões não-cristãs e de matriz africana) como uma forma de adquirir “vantagens injustas” nesse jogo individualista de “todos contra todos”, assim como gera um sentimento de constante “perda de direitos” das majorias sociais (homens cisgênero, heterossexuais, brancos,

cristãos, ricos). Nesse sentido, o que a extrema-direita oferece com esse discurso seria uma revolta conformista, ou seja, uma revolta conservadora contra um sistema em crise que estaria constantemente minando sua posição de privilégio social, tendo como objetivo a manutenção da estrutura do *status quo* (NUNES, 2022, p. 48).

Por meio dessa análise de conjuntura que nos leva a entender o surgimento de um discurso que violenta a classe docente, percebemos a efetiva ação dessa revolta conservadora por meio do movimento Escola Sem Partido (ESP), fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib e que ganha força e notoriedade com a ascensão do bolsonarismo. Seu objetivo está em impedir o aprofundamento por parte dos professores nas chamadas “discussões sensíveis”, uma vez que os docentes estariam “doutrinando ideologicamente” os estudantes, de forma a divergir da moral e da ideologia dos pais ou responsáveis. Dessa forma, criou-se um tabu em torno dos debates em sala de aula acerca desses temas sensíveis, que se destinariam a uma orientação subjetiva à esfera privada do lar, que, sob minha análise, seriam questões como: raça/etnia, gênero, sexualidade, religião e política. Assim, o ESP parte para uma reivindicação da neutralidade do docente como pressuposto ético da prática. Segue uma postagem no perfil do *Instagram* do ESP a respeito dessa premissa:

Figura I – Toda a farsa freireana desmontada num comentário.

Toda a farsa freireana desmontada num comentário



marcusfreitas11 39 min

O argumento de que “não existe neutralidade” costuma ser usado para justificar que a escola deve assumir posições políticas. Mas aqui existe uma confusão conceitual importante.

De fato, no plano do ser, ninguém é neutro. Todo ser humano tem convicções, valores, crenças religiosas, morais ou políticas. O professor também tem — e isso é absolutamente natural.

Mas quando se fala em neutralidade na educação — como propõe o debate levantado pelo Escola Sem Partido — não se trata de exigir que o professor vire um “ser neutro” ou sem opiniões. Isso seria impossível.

A neutralidade defendida é no plano do dever ser.

Ou seja: um princípio ético de conduta profissional.

Assim como:

- o médico pode ter crenças pessoais, mas seu dever profissional é tentar salvar a vida do paciente;



- o médico pode ter crenças pessoais, mas seu dever profissional é tentar salvar a vida do paciente;

- o policial pode ter sentimentos pessoais contra um criminoso, mas seu dever jurídico é respeitar a lei;

- o juiz pode ter opiniões políticas, mas deve decidir com imparcialidade.

Da mesma forma, o professor pode ter convicções, mas não pode transformar a sala de aula em espaço de militância ou imposição ideológica.

Seu papel institucional é outro:

- ✓ ensinar conteúdos
- ✓ apresentar diferentes perspectivas
- ✓ estimular o pensamento crítico
- ✓ formar alunos livres e autônomos

Portanto, a neutralidade na educação não é psicológica nem existencial.

Ela é ética, institucional e pedagógica.

Não se exige um professor sem ideias.

Exige-se apenas um professor que não use sua posição de autoridade para impor as suas.

Fonte: @escolasempartidooficial. 13 mar. 2026. Disponível em:

<https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/p/DV1PZHNCCKN8/>. Acesso em:

28 jun. 2026.

Por meio dessa postagem, fica clara a cobrança de uma posição a-ideológica do professor, cujo papel seria o de “ensinar o conteúdo sob diferentes perspectivas a fim de estimular o pensamento crítico e formar alunos livres e autônomos”. No entanto, ao sondarmos mais de suas postagens, percebemos uma profunda contradição nessa premissa a-ideológica, neutra e pluriperspectiva do movimento, já que eles explicitam muito bem sua própria ideologia e as exigências pela apresentação de apenas sua perspectiva.

Figura II – Eles são radicais e querem colocar na cabeça dos jovens essas ideias.

Muito obrigado. Sou do estado da Bahia. Eles são radicais e querem colocar na cabeça dos jovens essas ideias. Só falam de comunismo e Karl Marx, atacam claramente a ideologia cristã e, em trabalhos sobre religiões, só permitem o uso da expressão quando se trata de religiões de matrizes africanas. A mesma coisa acontece em trabalhos: na maioria das vezes, só se pode usar exemplos de mulheres negras de esquerda.

Fonte: @escolasempartidooficial. 12 mar. 2026. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/DVysq7HEcqF/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

Essa postagem presente na *Figura II* se trata de uma mensagem enviada por um membro da comunidade do ESP e reproduzida por Miguel Nagib, administrador do respectivo perfil do *Instagram*, a apenas um dia antes da postagem da *Figura I*. O que é apresentado nessa imagem é uma coletânea de alguns dos maiores espantalhos do negacionismo brasileiro contemporâneo: o comunismo, intelectuais marxistas e a esquerda política; os ataques sofridos pelo cristianismo em prol das religiões de matriz africana; o feminismo; a comunidade negra. O interessante nesse caso é que todos esses espantalhos criados pelo discurso negacionista, provenientes dessa revolta conservadora, correspondem aos temas que eles próprios consideram sensíveis. Dessa forma, compreendemos que sua operação na esfera pública se dá pela condenação de seu debate ao mesmo tempo que ele próprio profere uma subversão dos fatos a fim de criar sua

própria narrativa. Nesse sentido, fica evidente que o ESP se mobiliza não pela neutralidade em sala de aula, mas sim pela erradicação de temas de cunho social que fragilizam a agenda política da extrema-direita.

Ao nos aprofundarmos nessa premissa a-ideológica, percebemos que não se trata de um mecanismo negacionista exclusivo do ESP. Questão similar é percebida por Melo (2026) no que tange ao *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. Decorrente da polêmica primeira temporada da série inspirada no livro de Narloch, a divulgação da segunda temporada veio sob uma proposta de despolarização das narrativas, ou seja, uma História “nem de direita, nem de esquerda”, mas sim “o que está levando o Brasil para cima e para baixo” (MELO, 2026, p. 162). O autor, no entanto, percebe a contradição da pressuposta a-ideologia no fato de a obra permanecer sob a titulação de “politicamente incorreto”, o que o leva a analisar a narrativa desenvolvida no episódio sobre Isabel e a abolição da escravatura (MELO, 2026, p. 163).

No decorrer de sua análise, Melo atesta que o episódio dito como a-ideológico se sustenta em uma narrativa negacionista caracterizada por abusos historiográficos que partem em benefício da agenda política da extrema-direita por meio de três pontos distintos: 1) o esquecimento e apagamento dos responsáveis pela escravidão; 2) a deslegitimação da república brasileira em prol da monarquia; 3) a suposta concordância ideológica dos negros escravizados, ex-escravizados e indígenas com a monarquia. Nesse viés, ao compararmos esses três pontos com os espantalhos apresentados anteriormente, podemos atestar que a reivindicação de uma narrativa a-ideológica serve ao conservadorismo como uma ferramenta de justificação e manutenção do *status quo*, tão necessária nesse momento de incerteza e instabilidade econômica e social. Dessa maneira, o efeito desejado pelos produtores desse discurso negacionista conservador e que alcança o grande público super individualizado por esse contexto neoliberal é o sentimento de pertencimento a um coletivo pautado na militância política que agrega no embate pelo poder da extrema-direita, como vemos com o movimento ESP.

Sob esse contexto, voltemos ao professor que se depara com o negacionismo histórico em sala de aula. Por meio de nossa discussão, percebemos que sua solução não pode ser alcançada apenas pela luta da classe docente. O negacionismo já integra o discurso de grupos políticos que regem a política brasileira e que disputam o controle narrativo da História pública. Seria ilusório, da minha parte ou de outros profissionais, pensar em soluções para esse problema que não perpassem questões fora da jurisdição do docente, como a regulamentação das redes sociais, a intervenção ativa do Estado contra

os discursos antidemocráticos ou sua maior presença no campo econômico para a luta contra a pobreza e para a defesa dos direitos dos trabalhadores. A nós professores, resta apenas encontrar formas de lidar com os estudantes à nossa frente, sabendo que o que fazemos é, de certa forma, meramente paliativo. O jovem não se forma apenas na escola enquanto sujeito. Sua vida cotidiana, sob o contato com a família, amigos, ambientes de convívio social e meios digitais (como o *Youtube*, *Discord*, *Instagram*, *TikTok* etc.), também constitui sua percepção de ser, pensar e agir frente a esse mundo em crise.

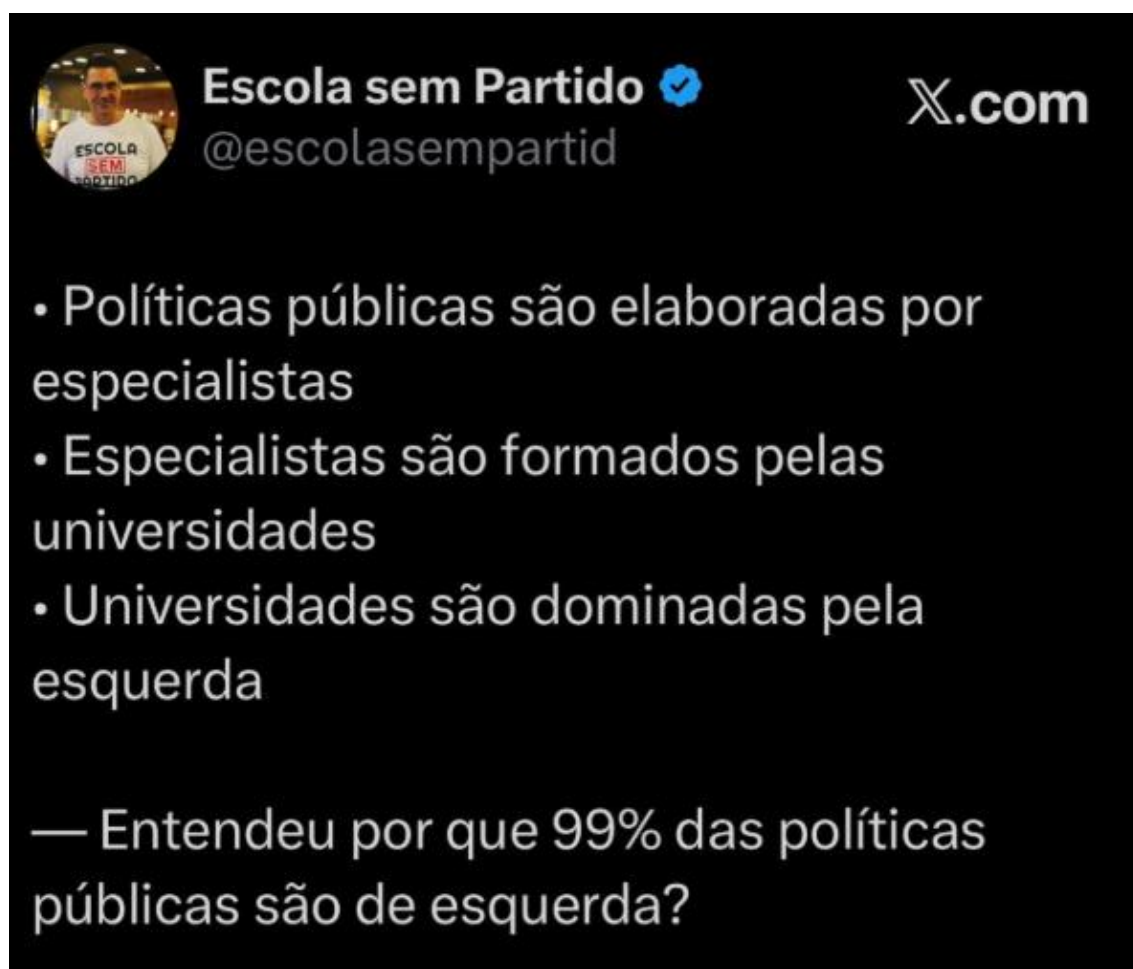
Dessa forma, sob os limites da profissão docente, o que nos resta é estar prontos para lidar com esse embate ideológico. Como bem diz Oliveira ao fim de seu trabalho: “O combate ao negacionismo histórico demanda um gesto de ativismo político que convida os historiadores a tomarem a situação de crise democrática como premissa epistêmica para seu trabalho.” (OLIVEIRA, 2023, p. 17). Constitui-se, portanto, como de responsabilidade do professor/historiador, sua contínua formação, tendo, sobretudo, vista para os pontos em disputa política dentro do campo pertinente à História. Seu objetivo seria a efetiva intervenção pedagógica no que diz respeito aos temas sensíveis, buscando estabelecer um campo de discussão seguro em sala de aula. Nesse sentido, tendo em vista a conclusão deste trabalho, partirei para uma breve apresentação de alguns dentre os vários negacionismos históricos que podem se fazer presentes em sala de aula e que devem ser estudados e compreendidos pelos professores de História, tendo como objetivo a elucidação referente à postura docente necessária para seu enfrentamento.

O primeiro negacionismo que iremos tratar se refere à ideia de doutrinação marxista/esquerdista no ambiente escolar. Esse talvez seja o de enfrentamento mais difícil, já que ele se tornou o maior dos espantalhos, o “guarda-chuva” que abarca todas as demais “doutrinações”. De acordo com Nunes (2022, p. 27, 28), a construção dessa narrativa se utiliza de uma antiga matriz discursiva referente ao combate à corrupção, presente no imaginário público brasileiro e que representaria a causa dos problemas do país. Essa percepção se generalizava como uma prática endêmica da política, ou seja, não corresponderia exclusivamente a nenhum espectro político. Seria, no entanto, com o escândalo da Operação Lava Jato em 2014 que se construiria uma narrativa que transformaria esse problema universal em um vício exclusivo da esquerda. Consequentemente, o veio progressista da esquerda passou a ser tratado como uma ameaça aos direitos dos grupos majoritários, ao passo que tratariam a integração dos grupos minoritários às suas pautas como uma compra de interesses para a disputa do

poder. Dessa forma, até mesmo o tímido reformismo petista seria visto como uma eminente ameaça comunista.

Nesse viés, ao nos debruçarmos sobre o que concerne à educação, o discurso construído pelo movimento Escola Sem Partido e compartilhado por diversos setores conservadores e reacionários brasileiros, é a de que a extrema maioria dos professores seria de esquerda ou até comunistas.

Figura III – Políticas públicas são elaboradas por especialistas.



Fonte: @escolasempartidooficial. 10 fev. 2026. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/DUllQJhEfKU/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

Graças a esse suposto alinhamento ideológico, o futuro do Brasil seria incerto, mantendo, assim, a matriz discursiva da corrupção da esquerda como a causadora dos problemas do país. Dessa forma, tratam essa suposta educação esquerdista como tirana, tornando papel do conservadorismo o combate a esse mal que se instaurou e vem

“ameaçando” a família tradicional. Seria esse adjetivo de “tirano” propagado pela própria direita conservadora, o que podemos atestar na seguinte postagem feita por Nagib:

Figura IV – Tirania da esquerda nas escolas e universidades.



Fonte: @escolasempartidooficial. 17 mar. 2024. Disponível em:
<https://www.instagram.com/p/C4olg6DLPtX/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

Sob essa construção, justificaria-se o combate às temáticas referentes às minorias sociais, já que essas corresponderiam à tentativa esquerdista de tomada do poder político brasileiro. Esse combate, como de praxe do negacionismo, ocorre pelo abuso e pela subversão do tema proposto, assim como vemos na figura seguinte.

Figura V – A pretexto de...

A pretexto de...

- promover o estudo da cultura afro-brasileira, as escolas estão fazendo proselitismo das religiões de matriz africana;
- promover os Direitos Humanos, as escolas estão promovendo o politicamente correto, que é um simulacro ideológico dos Direitos Humanos;
- combater a discriminação e o bullying, as escolas estão promovendo o comportamento homossexual e deslegitimando a moral sexual do cristianismo;
- combater a violência contra a mulher, as escolas estão promovendo o feminismo e a ideologia de gênero.

***Quando é que o brasileiro vai entender
que a estrada para o inferno é
pavimentada com boas intenções?***

Fonte: @escolasempartidooficial. 17 nov. 2025. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/DRKlv4EkUzR/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

Por meio da análise crítica dessas fontes, compreendemos que o negacionismo referente ao comunismo/esquerdismo se constrói pela matriz da anticorrupção e se fortalece pela presença em sala de aula de temáticas referentes aos grupos minoritários,

apresentados por essa narrativa como provenientes de uma compra de interesses pela hegemonia no poder.

Lidar com um aluno que advoga por essa narrativa não é uma tarefa fácil. Nesse sentido, o professor não deve esperar que esse assunto seja solucionado logo em sua primeira aparição. O que deve ser feito é um trabalho contínuo de conscientização, sempre mantendo a atenção para não ultrapassar os limites da estreita abertura do diálogo disponibilizado pelo aluno ou até mesmo dos limites discursivos estabelecidos pela direção escolar, já que, comumente, a lógica do aluno-cliente permeia o ensino privado, garantindo a manutenção desse ecossistema de desinformação. Assim, o professor deverá manter um tom moderado, sem afirmações que contrariem fortemente as crenças do estudante ou da instituição. Nesse passo, é provável que o jovem crie espaço para que o professor discuta com maior propriedade as causas históricas que levaram à construção de suas ideias. Por meio dessa abordagem, o docente será capaz de retornar à dimensão histórica da política, podendo assim demonstrar que a corrupção sempre foi um problema presente no Brasil, não sendo exclusiva da esquerda política, cuja chegada ao governo se faz muito recentemente quando comparada à História do Estado brasileiro. Nesse sentido, se torna importante a explicação sobre o que se encaixa como esquerda e como direita, a fim de elucidar o estudante sobre os alinhamentos políticos dos diversos governos brasileiros ao longo da história.

Por esse mesmo caminho aberto pelo professor, ele também conseguirá apresentar e discutir, mesmo que sob resistência dos alunos mais conservadores, as temáticas referentes às minorias sociais. Nesse aspecto, o importante para a eficiência do debate é diferenciar o que é historicamente comprovado do que é opinião, aceitando que dificilmente o aluno reavaliará suas crenças. Por exemplo, se houver um debate sobre o feminismo, o professor deverá sim historicizar o movimento, explicando de forma assertiva e embasada em seus estudos sobre o porquê de seu surgimento, falando sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da opressão sofrida pelas mulheres. Dessa forma, o docente será capaz de trazer fatos objetivos que escapam a qualquer opinião, como a reivindicação da primeira onda feminista sobre o direito ao voto feminino. Assim, será estabelecido uma discussão cujo limite factual evita a propagação da ideologia de um estudante que possa vir a crer em um papel de submissão por parte das mulheres.

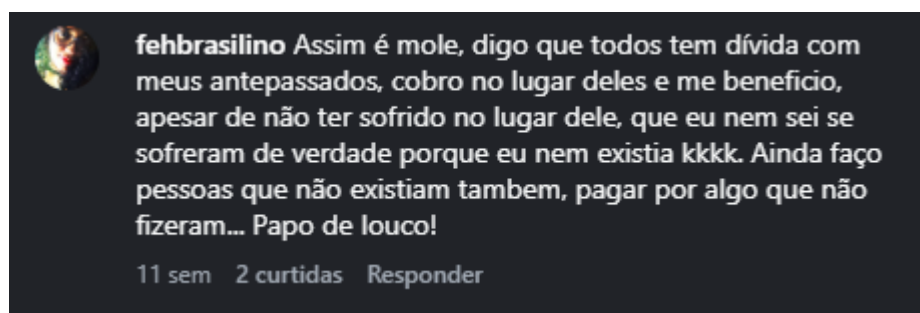
Nesse aspecto, discutida a abrangência do negacionismo histórico referente ao comunismo/esquerdismo, mergulharemos agora em dois temas referentes às minorias sociais. Primeiro, voltemos ao caso apresentado no capítulo anterior, por meio da análise

da obra de Narloch, e discutiremos a negação da ideia de dívida histórica. Sobre esse tema, Narloch se utiliza da Nova História para afirmar a agência ativa dos escravizados à época da escravatura. Nesse aspecto, ele subverte os estudos historiográficos consolidados para advogar pela idealização de uma realidade meritocrática, cuja ascensão do indivíduo dependeria exclusivamente de sua agência ativa. Dessa forma, ele contesta a validade de políticas afirmativas, como as cotas, que intentam pela inclusão educacional e social de uma população que herda um passado de escravidão, negando, portanto, as consequências diretas dessa estrutura presente na História do Brasil para nossa atualidade.

Narloch, no entanto, não é o único a defender o fim das cotas. Como vimos com o ESP, existe um sistema produtor de discursos que busca se utilizar do furor conservador, cujo sofrimento com a decadência de suas condições sociais e econômicas se explicaria pela suposta ascensão de grupos minoritários. Dessa forma, cria-se a ideia de um inimigo que busca se “aproveitar de vantagens injustas” em detrimento dessa classe conservadora, já que o mérito de sua integração a um ambiente como o ensino superior, por meio das cotas, não seria seu, mas sim pelo fato de seus antepassados terem sofrido as mazelas da escravidão.

No dia quatro de abril de 2026, o ESP postou em seu *Instagram* um vídeo de uma professora explicando sobre a escravidão e a consequente falta de presença da população negra em diversos espaços, demonstrando assim o porquê de o Brasil ter uma dívida histórica para com essa população. Os comentários da postagem, em geral, tratam esse debate como mera falácia e doutrinação por parte da professora, o que pode ser sintetizado pela figura seguinte.

Figura VI – Comentário feito no vídeo postado pelo movimento Escola Sem Partido.



Fonte: @escolasempartidooficial. 4 abr. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DWuJ0zGjoM0/>. Acesso em: 07 jul. 2026.

Com esse comentário, percebemos com nitidez a preocupação com o usufruto de “benefícios” por parte daqueles que “não merecem”, como discutimos anteriormente. Ademais, comentários desse tipo são o cerne argumentativo da negação histórica dos efeitos visíveis da escravidão em nossa atualidade, já que eles não ignoram apenas o nosso passado, mas também os estudos recentes que demonstram a grave falta de mobilidade social brasileira. De acordo com o site *Artemisia*, a *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) define por meio de suas pesquisas que, para que ocorra a ascensão social de um brasileiro que integre o grupo dos 10% mais pobres, seria necessário o trabalho de nove gerações¹⁹. Nesse sentido, por meio do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA), sabemos que, dentre esses 10% mais pobres, 80% correspondem à população negra²⁰.

Nesse sentido, quando o professor se depara em sala de aula com alunos que reproduzem esse discurso, um possível tratamento para tal será por meio da explicação dos efeitos de longa duração de um processo histórico da magnitude que foi a escravatura. Para isso, será necessário a articulação de seu saber histórico, fontes que demonstrem a enormidade da escravidão brasileira, como o site *Slave Voyages*, e estudos referentes à atualidade, como estes apresentados pela OCDE e IPEA. Por fim, o professor deverá, sob um trabalho contínuo, desconstruir a premissa da meritocracia e competição de todos contra todos e evidenciar o valor de uma coletividade unida em prol do bem-estar geral.

Além da questão da dívida histórica, outro negacionismo com que o professor poderá se deparar em sala de aula será sobre os povos indígenas. Nesse caso, trago à discussão minha própria experiência enquanto estagiário bolsista do Museu dos Povos Indígenas da Universidade Federal de Uberlândia (MuPI-UFU). Dentre as atividades propostas pelo MuPI, há o Programa Museu Escola, do qual os integrantes produzem oficinas didáticas nas escolas de educação básica. Por meio do contato proporcionado por esse programa com os estudantes, pude perceber uma forte resistência à ideia dos povos indígenas como portadores de direitos comuns àqueles não-indígenas.

Nesse sentido, geralmente os estudantes não compreendem ou até mesmo atacam o usufruto por parte dos indígenas de tecnologias não-indígenas, como os celulares, internet, energia elétrica, carros, etc. Na ocorrência desse discurso, a prática que

¹⁹ Disponível em: <https://artemisia.org.br/15anos/elevador-social-quebrado-o-desafio-da-mobilidade-social-no-brasil/>. Acesso em: 07 jul. 2026.

²⁰ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 07 jul. 2026.

funcionou foi iniciar um debate por meio do questionamento desse argumento. Assim, perguntamos se eles próprios haviam criado os objetivos que eles usufruíam em seu cotidiano, como celulares, carros ou roupas, ou se ao menos sabiam como tais coisas eram feitas. Partindo da evidente negativa dos alunos, explicamos o caráter democratizante da tecnologia, cuja posse não é exclusiva de um grupo que a produz em um primeiro momento, mas sim de todos os que a utilizam, já que ela é apropriada e se torna parte do cotidiano daquele povo. Nesse sentido, evidenciamos as tecnologias indígenas apropriadas pelos colonizadores e utilizadas até a nossa atualidade, como: a domesticação da fauna e da flora americanas, o que engloba desde conhecimentos de pesca até a produção de medicamentos; métodos e conhecimentos de sobrevivência; confecção de produtos de alta qualidade, como os trançados e cerâmicas; etc.

Além disso, é comum pontuarem a posse indígena de pedágios nas estradas como algo a que eles não deveriam ter direito. Nesse sentido, podemos traçar um paralelo com a discussão levantada pelo *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, em específico, presente no vídeo disponível no *Youtube* intitulado *OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY*²¹. Neste vídeo, como apresentado pelo título, argumenta-se que os indígenas não cuidavam da natureza. Para justificar tal afirmação, eles se utilizam do abuso do fato apresentado aos 00min40s pelo doutor em ecologia Evaristo de Miranda, que diz sobre a alteração da Mata Atlântica pelos povos indígenas no decorrer de dez mil anos. Esse abuso se dá por não especificarem que tipo de alteração foi feita, levando o telespectador a entender que os povos indígenas devastavam a natureza. Essa narrativa de destruição é construída desde o início do vídeo, já que a vinheta apresentada aos 00min22s representa um indígena ateando fogo em árvores. Nesse sentido, no decorrer do vídeo, a ideia do desprezo indígena pela terra é reforçada, como vemos com Narloch, aos 01min20s, que diz: “Pra quem vive cercado pelo mato, sem saída, o seu grande sonho é transformar tudo aquilo em um estacionamento de shopping.”. Com uma rápida pesquisa, no entanto, é possível desmontarmos essa negação ao averiguarmos que essa alteração não se tratava de uma relação destrutiva para com a natureza, mas sim de um manejo sustentável da biodiversidade, responsável pela conservação, enriquecimento do solo, domesticação de diferentes espécies, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária²², dentre outras.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErI>. Acesso em: 08 jul. 2026.

²² Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente>. Acesso em: 10 jul. 2026.

Dessa forma, o que percebemos é a tentativa de deslegitimar a posse de territórios indígenas sob a premissa do mau uso da terra e uma suposta vontade de se integrar à lógica econômica-social não-indígena, marcadamente, capitalista. Quanto à questão apresentada pelos alunos em minhas experiências, o que proponho é contrastar a existência de pedágios indígenas e não-indígenas, indagando o porquê da revolta direcionada a apenas um grupo, enquanto ao outro o controle de um pedágio é aceito como uma prática legítima. Assim, discuto as formas de resistência indígena em uma lógica de sociedade na qual ele foi forçadamente integrado.

Quanto à narrativa levantada pelo “guia”, entendo como questão de primeira ordem a categorização de seu argumento como negacionista. Assim, o docente explicará aos estudantes que esse discurso se utiliza de abusos de fatos, anacronismos e suposições sobre o comportamento indígena sob a ótica eurocêntrica civilizatória para se validar. Consequentemente, o professor irá se aprofundar nas questões discutidas nos capítulos anteriores e expor que esse discurso compõe uma tentativa de justificar interesses políticos e de empresas privadas que lucram com a exploração da terra indígena. Nesse sentido, a validação desse debate teórico ganhará força a partir da exposição prática dessa disputa pela posse dos territórios indígenas. A exemplo disso, temos o caso ocorrido em 2006 com a empresa *Aracruz Celulose*, responsável pela disseminação de materiais paradidáticos negacionistas nas escolas da cidade de Aracruz. Neste caso, a empresa justificava a exploração da terra disputada a partir da negação do direito indígena àquele território, já que não havia registros históricos sobre a presença dos povos indígenas Tupiniquim e Guarani naquela terra antes da chegada da *Aracruz Celulose* (LOUREIRO; FONTE, 2010, p. 91). Por meio dessa abordagem, o professor conseguirá demonstrar com clareza o abuso documental e o negacionismo histórico praticado por essa empresa, capacitando o estudante a reconhecer outros abusos e negações.

Por fim, discutimos neste capítulo a relação entre o negacionismo histórico e a sala de aula. Para tal, partimos de uma discussão sobre o ganho de força dessa modalidade discursiva nestes últimos anos devido à ascensão do bolsonarismo, movimento político e ideológico pautado no neoliberalismo econômico e conservadorismo social, convergindo assim uma série de tendências e grupos políticos em uma mesma militância política. Sua ideologia avançou dentro das disputas políticas pela verdade, de forma a embarcar jovens em idade escolar e adultos em um embate pelos temas discutidos em sala de aula que põem em xeque o *status quo*. Dessa forma, analisamos as postagens do Escola Sem Partido via *Instagram* sob a administração de Miguel Nagib, líder e fundador do

movimento. Assim, pudemos atestar nosso argumento respectivo às disputas narrativas por meio das salas de aula pelos grupos conservadores para a manutenção de seu status social e econômico privilegiado, produzindo, portanto, inimigos inexistentes que corresponderiam aos grupos minoritários. Fechando o capítulo, discutimos sobre alguns dos temas que podem ser pautados em sala de aula sob a narrativa negacionista, apresentando seus argumentos e possíveis formas de se lidar.

Conclusão

Por meio de toda a pesquisa desenvolvida e empenhada para a escrita deste trabalho, creio haveremos chegado a uma resposta para a hipótese que levantamos inicialmente. Considerando todo o processo de invenção do negacionismo, sobretudo o histórico, podemos considerá-lo sim uma ferramenta de controle de discurso. Dessa forma, percebemos que seu uso serve à disputa pública em prol de interesses sociais e econômicos sob o intuito de manter o *status quo*. Compreendendo a existência dessa disputa, atestamos seu funcionamento na sociedade brasileira, privilegiando, portanto, seu reflexo na sala de aula. Assim, pudemos demonstrar desde sua relação com o estudante e com os pais e/ou responsáveis para com os temas negados, até à prática do docente frente a essa questão.

Primeiro, partimos para uma discussão teórica para compreendermos o que seria o negacionismo propriamente dito. Assim iniciamos nosso debate com a pesquisa de Shapin sobre a crise da verdade, a qual atesta que a sociedade civil já percebe os efeitos de uma disputa pública pelas verdades científicas. Partindo dessa premissa, os estudos de Camargo sobre Nietzsche, assim como o trabalho de Foucault sobre as verdades jurídicas, nos trouxeram ao entendimento de que a verdade mais se trata de uma forma de controle e de performance do poder do que propriamente da existência de uma verdade metafísica e universal. Dessa forma, justifica-se a posição privilegiada do conhecimento científico em detrimento do dogmatismo desde meados do século XIX, uma vez que sua premissa de autorrevisão lhe garantia a possibilidade de alcançar verdades temporárias e satisfatórias. Essa premissa revisionista da ciência, no entanto, sofreu apropriações por parte de grupos pautados em conhecimentos não-científicos para a validação de seus interesses, apropriação essa chamada de “pseudociência” graças à sua incoerência com a epistemologia científica. Nesse sentido, consideramos o negacionismo um agravamento da pseudociência, uma vez que essa incoerência se incorpora também pelo abuso, falseamento e subversão dos fatos e das narrativas, bem como das teorias e dos métodos. Partindo dessa construção, definimos que o negacionismo se trata de uma ferramenta de controle de discurso.

Depois dessa discussão inicial, tratamos de compreender o contexto e os eventos que decorreram da invenção dessa ferramenta discursiva, o que nos leva de volta ao século XX. Assim, definimos dois momentos históricos distintos que levaram à sua invenção e à sua consolidação como tal. Primeiro, falamos sobre a questão da indústria do tabaco dos

Estados Unidos da América no início dos anos 1950, a qual sofria uma grande pressão devido aos recentes estudos que relacionavam o consumo de cigarros com a incidência de câncer. Dessa forma, essa indústria desempenhou uma intensa campanha para convencer o público de que esse estudo não era verossímil, utilizando-se tanto da premissa revisionista para a desacreditação da pesquisa efetuada quanto da disputa por espaço público para que sua narrativa, que direcionava para outras direções que não propriamente sobre os efeitos do cigarro, fosse ouvida e cogitada. Além desse caso, apontamos para a negação do Holocausto como uma das principais responsáveis por essa invenção. Dentre uma série de produções que visavam subverter e falsificar os fatos sob a premissa revisionista, focamos nossa atenção na França de Vichy e na disseminação por parte do próprio Estado de que a França teria sido resistente à ocupação nazista. Após diversos autores refutarem essa narrativa, Henry Rousso desenvolve o termo “negacionismo histórico”, referindo-se ao ato de negação dos fatos, praticado pelos autointitulados revisionistas. Desse jeito, pudemos tanto mapear o momento histórico e o contexto de sua invenção, quanto atestar que sua prática decorre da tentativa de manutenção de um status social e econômico privilegiado.

Posteriormente, partimos para o estudo de sua presença em nossa contemporaneidade. Assim, percebemos uma espécie de reformulação da prática negacionista por meio do que Kahn-Harris chamou de pós-negacionismo, que se utiliza mais da subversão do discurso científico e histórico do que da plena falsificação dos fatos. Nesse sentido, definimos o início desse ponto de virada em 1990 com as ações públicas que tentavam barrar a propagação do negacionismo histórico. Consequente a essa virada ao pós-negacionismo, detectamos sua presença na sociedade brasileira por meio do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*, obra de autoria de Leandro Narloch, que subverte a historiografia qualificada para a validação da prática neoliberal de destituição dos direitos civis, sobretudo dos grupos minoritários. Em adição a essa nova modalidade do negacionismo, atestamos o perigo iminente de sua propagação por meio das novas formas de produção e consumo de entretenimento, sobretudo daqueles que se utilizam da chamada História Ordinária para capitalizar em cima de um público alheio às disputas políticas. Dessa maneira, pudemos perceber a presença do negacionismo histórico na contemporaneidade da sociedade brasileira.

Por fim, privilegiamos a discussão do negacionismo histórico para o ambiente das salas de aula. Nesse caso, apontamos para o bolsonarismo como o institucionalizador do negacionismo na esfera pública, criando espaços para a plena difusão dessa modalidade

discursiva à população. Isso tornou comum ao professor sofrer ataques de estudantes e pais/responsáveis no que se refere aos “temas sensíveis”. Nesse sentido, nos aprofundamos nas causas estruturais que resultaram na adesão da população ao negacionismo, garantindo-nos ferramentas para compreender o negacionismo como uma alternativa de reivindicação dos direitos que esse grupo conservador sente estar perdendo. Dessa forma, os “temas sensíveis” trabalhados pelos professores tratariam justamente desses direitos supostamente perdidos pelos conservadores, o que levou à ascensão de grupos como o movimento Escola Sem Partido (ESP), que lutam pelo fim da “doutrinação” em sala de aula. Assim, traçamos uma linha sobre o que seriam esses temas sensíveis e partimos para a discussão de alguns desses, tendo como proposição a ideia de que o professor deverá se formar continuamente, sobretudo no que se refere aos temas em disputa pública, com o objetivo de lidar apropriadamente com o negacionismo histórico em sala de aula.

Referências bibliográficas:

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Pós-verdade. **Academia Brasileira de Letras**, 2026. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>. Acesso em: 26 fev. 2026.

ANDRADE, Roney de Seixas. O pensamento científico moderno: origem, desenvolvimento, limites e desafios. **Perspectiva Filosófica**, vol. 49, n. 2, pp. 215-243, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/251620/41064>. Acesso em: 22 abr. 2026.

ARTEMISIA. Elevador social quebrado: o desafio da mobilidade social no Brasil. **ARTEMISIA**, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://artemisia.org.br/15anos/elevador-social-quebrado-o-desafio-da-mobilidade-social-no-brasil/>. Acesso em: 07 jul. 2026.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da Ditadura Civil-Militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 37, nº 82, 2024.

BORGES, Ianni Sousa. **O negacionismo em sala de aula: e agora professor(a)?**. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36324>. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Apresentação. **Instituto de pesquisa econômica aplicada**, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>. Acesso em: 07 jul. 2026.

CAMARGO, Gustavo Arantes. Sobre o conceito de verdade em Nietzsche. **Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche**, Vol.1, nº2, pp. 93-112, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/24137>. Acesso em: 24 mar. 2026.

CARDOSO, Eduardo Wright. Em busca da mentira: historiadores contra a falsificação do Holocausto. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 41, nº 87, 2021 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-06>. Acesso em: 26 mai. 2026.

COSTA, Alyne. Negacionistas são os outros. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 15, pp. 64-73, dez. 2021.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**, n.5, 2004, p.139-164.

DIAS, Elizabeth de Assis. Progresso Científico e Verdade em Popper. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. 2, p. 163-174, Maio./Ago., 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000200008>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FIOCRUZ. Covid-19: negacionismo científico impediu que Brasil desenvolvesse vacina própria. **Revista História Ciências Saúde – Manguinhos**, 2023. Disponível em: <https://revistahcsm.coc.fiocruz.br/covid-19-negacionismo-cientifico-impediu-que-brasil-desenvolvesse-vacina->

[propria/#:~:text=Ao%20analisar%20o%20histórico%20de%20iniciativas%20brasileiras,ricos%20praticaram%20o%20“nacionalismo%20de%20vacinas”%20ao. Acesso em: 15 abr. 2026.](#)

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

KAHN-HARRIS, Keith. **Denial: The Unspeakable Truth**. Londres: Notting Hill Editions, 2018.

KENKEL, Kai Michael. O Peso do passado e o significado da responsabilidade: a Alemanha e as operações de paz. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília, DF: Ipea, 2012. p. 159-182. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/20072>. Acesso em: 19 mai. 2026.

LOUREIRO, Robson; FONTE, Sandra Soares Della. Revisionismo histórico e o pós-moderno: Indícios de um encontro inusitado. **Impulso**, v. 20, n. 49, 2010.

MAIA, Tatyana de Amaral. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita: A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>. Acesso em: 09 abr. 2026.

MARS, Amanda. Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?. **EL PAÍS**. Nova York, 25 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html. Acesso em: 21 abr. 2026.

MAYNARD, Dilton C. S. Fascistas na era digital: subsídios para comparações entre web sites da Europa e da América do Sul (1996-2008). **Boletim Historiar**, vol. 12, n. 02. Jul./Dez. 2025, p. 19-29 | <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 19 mai. 2026.

MARS, Amanda. Como a desinformação influenciou nas eleições presidenciais?. **El País**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html. Acesso em: 21 abr. 2026.

MELO, Caio Santos. A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 159–187, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/60987>. Acesso em: 24 jun. 2026.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 66-88 – 2019.

NUNES, Rodrigo. De que Bolsonaro é o nome? In: **Do transe à vertigem**. Ensaios sobre o bolsonarismo em um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Os usos abusivos da historiografia profissional pelos negacionismos históricos no Brasil em tempos de crise democrática: o caso do “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–27, 2023. DOI: 10.15848/hh.v16i41.2020. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/2020>. Acesso em: 3 jun. 2026.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, ERIK M. **Merchants of Doubt**: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. Bloomsbury Press, New York, 2010.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. Palavra do Ano de 2019. **Oxford University Press**, 2026. Disponível em: <https://languages-oup-com.translate.goog/word-of-the-year/2016/? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>. Acesso em: 26 fev. 2026.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no “guia politicamente incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch. **Diálogos**, Maringá, v. 19, n.1, p. 345-367, jan.-abr./2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33817>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ROCHA, Camila. Influenciadores digitais e a extrema-direita brasileira. In: VIANNA, Manoela (org.). **A democracia aceita os termos e condições?**: Eleições 2022 e a política com os algoritmos. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, p. 55-70, ago. 2022.

DOS SANTOS, Tiago Moreira. Terras Indígenas protegem a floresta. **Instituto Socioambiental**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/faq/tis-e-meio-ambiente>. Acesso em: 10 jul. 2026.

SHAPIN, Steven. É verdade que estamos vivendo uma Crise da Verdade?. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 308-319, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v13i2.43>. Acesso em: 27 dez. 2025.

SPLCENTER. DAVID IRVING. **SPLCENTER**. Montgomery, Alabama, 2026. Disponível em: <https://www.splcenter.org/resources/extremist-files/david-irving/>. Acesso em: 26 mai. 2026.

TDI BRASIL. Quem somos? **TDI BRASIL**. Disponível em: <https://www.tdibrasil.com/conheca-a-tdi/>. Acesso em: 21 abr. 2026.

United States Holocaust Memorial Museum. Introdução ao Holocausto. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 13 abr. 2026.

United States Holocaust Memorial Museum. Negação do Holocausto: Datas importantes. **Holocaust Encyclopedia**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/holocaust-denial-key-dates>. Acesso em: 09 abr. 2026.

VALIM, P.; AVELAR, A. de S.; BERBER, B. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 27 dez. 2025.

VALIM, P.; AVELAR, A. de S. Negacionismo Histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em: 11 mai. 2026.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo. La Découverte, Paris, 1987.

WOLFREYS, Jim. Como o regime de Vichy da França se tornou um colaborador voluntário de Hitler. **Jacobina**, 28 jul. 2020. Tradução: César Locatelli. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/07/como-o-regime-de-vichy-da-franca-se-tornou-um-colaborador-voluntario-de-hitler/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

Fontes:

OS ÍNDIOS NÃO CUIDAVAM DA NATUREZA | BRASIL COM Z | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY. Canal History Brasil, 12 dez. 2017. 1 vídeo (3:21 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dbaASBbgErI>. Acesso em: 08 jul. 2026.

NAGIB, Miguel. **A pretexto de ...** [post]. Instagram, @escolasempartidooficial. 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DRKlv4EkUzR/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

NAGIB, Miguel. **Comentário feito no vídeo postado pelo movimento Escola Sem Partido.** [vídeo]. Instagram, @escolasempartidooficial. 4 abr. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DWuJ0zGjoM0/>. Acesso em: 07 jul. 2026.

NAGIB, Miguel. **Eles são radicais e querem colocar na cabeça dos jovens essas ideias** [post]. Instagram, @escolasempartidooficial, 12 mar. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DVysq7HEcqF/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

NAGIB, Miguel. **escolasempartidooficial** [perfil]. Instagram, @escolasempartidooficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DVysq7HEcqF/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

NAGIB, Miguel. **Políticas públicas são elaboradas por especialistas.** [post]. Instagram, @escolasempartidooficial, 10 fev. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DUllQJhEfKU/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

NAGIB, Miguel. **Tiranía da esquerda nas escolas e universidades.** [post]. Instagram, @escolasempartidooficial. 17 mar. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C4olg6DLPtX/>. Acesso em: 11 jul. 2026.

NAGIB, Miguel. **Toda a farsa freireana desmontada num comentário.** [post]. Instagram, @escolasempartidooficial, 13 mar. 2026. Disponível em: <https://www.instagram.com/escolasempartidooficial/p/DV1PZHNCkN8/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

República Francesa. **Journal officiel de la République française:** Lois et decrets. Sábado, 14 de julho de 1990. Ano 122, N° 162.

República Francesa. **Journal officiel de la République française.** Sábado, 30 de julho de 1881. Ano 13, N° 206.

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, França e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. **LONDON AGREEMENT OF 8 AUGUST 1945.** Londres, 1945. Disponível em: <https://sahistory.org.za/sites/default/files/archive-files/London%20Agreement%20by%20United%20Nations,%208%20August%201945.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2026.

THE NEW YORK TIMES ARCHIVES. AROUND THE NATION; French Professor Fined For Holocaust Remarks. **The New York Times**, July 4, 1981, Section 1, Page 4. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1981/07/04/world/around-the-nation-french-professor-fined-for-holocaust-remarks.html>. Acesso em: 19 mai. 2026